

Vasco Luís Remondes Ferreira

O Caso Bairro Baptista

Orientador: Professor Doutor João Borges da Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa 2018

Vasco Luís Remondes Ferreira

O Caso Bairro Baptista

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 30 de Maio de 2018 perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 150/2018, de 6 de Abril de 2018, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia

Arguentes:

Prof. Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Vogal: Prof.^a Doutora Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira Antunes.

Orientador: Prof. Doutor João Filipe Ribeiro Borges da Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa 2018

Sumário

O Caso “Bairro Baptista” em Setúbal é um projeto que visa analisar o potencial de requalificação integral do bairro tendo como ponto de partida uma obra de recuperação de uma das unidades de habitação, por nós efetuada.

A conceção deste estudo surgiu da imanência contemplativa da essência holística de um espaço urbano degradado e esquecido, cuja alma emerge de forma subtil mas carismática, e de uma visão do potencial de requalificação e recuperação num contexto de modernidade e centralidade urbanas.

Do ponto de vista metodológico, iremos analisar a génese da edificação do Bairro e do seu empreendedor - António José Baptista - no contexto sócio-cultural da cidade de Setúbal dos finais do século XIX, princípios do século XX.

O paradigma de recuperação e requalificação pretende resgatar a essência original do Bairro respeitando a memória do seu fundador e perpetuando a sua alma, numa dinâmica de modernidade e adequação às vivências e exigências do presente e do futuro.

Palavras Chave: Bairro Baptista; Setúbal; Contexto Fabril; Recuperação; Requalificação; Acupuntura Urbana.

Abstract

The “Bairro Baptista” case in Setúbal is a project that aims to analyze the potential of full requalification of the neighborhoods, starting as a recovery project of one of the housing units that we have done.

The conception of this study arose from the contemplative immanence of the holistic essence of a degraded and forgotten urban space, whose soul emerges in a subtle but charismatic way, and a vision of the potential for requalification and recovery in a context of urban modernity and centrality.

From a methodological point of view, we will analyze the genesis of the construction of the Bairro and its entrepreneur - António José Baptista - in the socio-cultural context of the city of Setúbal of the late nineteenth century, early twentieth century.

The paradigm of recovery and requalification aims to recover the original essence of the neighbourhood respecting the memory of its founder and perpetuating its soul, in a dynamic of modernity and adaptation to the experiences and demands of the present and the future.

Keywords: ‘Bairro’ (Quarter) Baptista; Setúbal; Factory Context; Recovery; Requalification; Urban Acuncuncture.

"Esta cidade que nunca se apaga da mente é como uma armação ou um reticulado em cujas casas cada um pode dispor as coisas que lhe aprouver recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes de um discurso. Entre todas as noções e todos os pontos do itinerário poderá estabelecer um nexos de afinidades ou de contrastes que sirva de mnemónica, de referência instantânea para a memória."

As Cidades e a Memória.4. em *As Cidades Invisíveis* de
Italo Calvino (2015)

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Histórico	
1.1 - Contexto sócio-cultural	4
1.2 - A Cidade: da Revolução Industrial ao séc. XXI	15
2. O Bairro Baptista	
2.1 - Enquadramento urbanístico de Setúbal	26
2.2 - O Bairro Baptista: Da Fundação no Século XIX à Contemporaneidade do Século XXI.....	38
2.2.1 - Fundador e Fundação	38
2.2.2 - O Bairro	40
3. Proposta de Viabilidade e Requalificação	42
Conclusões	48
Bibliografia	50
Apêndices I e II	
Apêndice I	II
Apêndice II.....	XVIII
Anexos I e II	
Anexo I	XXVII
Anexo II	XXXVII

Introdução

A temática escolhida como objeto de estudo para a nossa dissertação de mestrado assenta na requalificação de um espaço urbano da cidade de Setúbal, comumente conhecido como “Bairro Baptista”.

A escolha deste bairro como objeto de projeto de requalificação surge fortuitamente no âmbito de uma intervenção profissional executada num dos edifícios e que foi a primeira de muitas visitas a um espaço urbano com características únicas e que de imediato suscitou o nosso interesse. Interesse fundamentado numa visão pessoal que privilegia a recuperação patrimonial da essência e da memória do “antigo” e da sua metamorfose em «actual», em detrimento de edificação de raiz despida de vivências e de alma.

O bairro em causa apresenta afinidades e particularidades arquitetónicas que remetem culturalmente a região da Andaluzia. Goza ainda de uma implantação geográfica particular desencadeando desde logo o interesse num estudo aprofundado e detalhado deste espaço, e na elaboração de um projeto de requalificação e revitalização no âmbito da respectiva reintegração na vida da cidade de Setúbal, enquanto célula agregadora de dinâmicas sociais e culturais, animando um espaço privilegiado e potenciador de qualidade de vida, atualmente votado ao abandono e vivencialmente ostracizado do bulício urbano.

A abordagem metodológica que se pretende desenvolver neste projeto colhe o seu fundamento essencialmente no conceito de «acupuntura urbana» (Lerner, 2012) e na integração de elementos inerentes ao conceito de «cidade criativa» de acordo com uma visão urbana socio-cultural.

Pretende-se deste modo recuperar um espaço que se mantém semi-abandonado há décadas, e que reflete a descontinuidade de ocupação resultando da própria mutação social e do impacto dos fluxos e refluxos económicos que são responsáveis pela vida e morte de alguns espaços dentro das cidades (Jane Jacobs, 2014). Promove-se deste modo o resgate parcial de uma identidade cultural salvaguardando a sua alma e mantendo vivo o espírito das comunidades passadas, enquanto património activo e dinâmico da cidade do século XXI.

A aplicação das metodologias de «acupuntura urbana» e de «cidade criativa» ambiciona integrar este bairro na sua envolvente mais direta - o quarteirão em que insere -, e no plano urbano de Setúbal, numa perspetiva mais abrangente, elegendo como ponto fulcral a cultura enquanto visão globalizante e recuperadora do diálogo entre o Homem que o habita e o espaço físico onde interage, propiciando um campo fértil para o seu desenvolvimento.

A cidade é uma estrutura viva, possuidora de uma cultura, uma mescla de costumes e tradições e é dotada de um espírito próprio, de uma alma que transcende o tempo.

Este projeto pretende salientar as potencialidades deste bairro enquanto parte integrante desta cidade viva, recuperando a alma que ao longo das décadas foi sendo esquecida e para tal enfrentar o desafio de desenvolver um paradigma particular no âmbito da sociologia urbana que possa ter repercussões num contexto mais lato, repercutindo a outros bairros da cidade de Setúbal.

Para podermos dar cabal cumprimento ao projeto de requalificação do Bairro Baptista proposto, estruturámos o trabalho em dois capítulos fundamentais.

O primeiro capítulo do nosso projeto desenvolve essencialmente uma análise histórica horizontal em termos de sincronia, bem como vertical em termos diacrónicos, de contextualização do tema central a desenvolver, designado “Enquadramento Histórico”.

Num primeiro momento, serão definidos os grandes horizontes de mudança, cuja génese remonta ao período da Revolução Industrial, e as repercussões que se manifestaram ao nível da estrutura urbana. A estrutura de um novo paradigma urbano que se desenvolve com base no florescimento de um novo conceito de economia assente na mutação para um sistema industrial e capitalista.

Num momento seguinte, o qual constitui o segundo capítulo, e na sequência do ponto anterior, desenvolver-se-ão as questões em torno das principais problemáticas que e características da cidade do século XXI.

Este segundo capítulo do nosso trabalho, intitulado, Setúbal e o Bairro Baptista, introduz a problemática do Bairro Baptista, o seu enquadramento temporal e as especificidades que o caracterizam, no contexto da cidade de Setúbal enquanto bairro operário e na conjuntura económica e social de uma época.

O terceiro, apresenta uma proposta de viabilidade para a requalificação integrante dos edifícios e dos espaços envolventes, englobando as diversas vertentes que o compõem (arquitetónica, urbanística, histórica, patrimonial, social e cultural) num processo de complementaridade.

A proposta assenta na recuperação dos traços arquitetónicos holísticos exteriores e à adequação interior a novas conceções habitacionais. Pretende intervir no espaço público recuperando o percurso pedonal e reconvertendo algumas infraestruturas como o campo de jogos e o jardim.

No contexto de redinamização do bairro projeta-se a promoção de atividades de carácter desportivo, cultural, social e turístico através da reconversão de algumas estruturas existentes.

Desta forma, cumpre-se o principal objetivo do trabalho na divulgação e valorização de um bairro cuja intemporalidade histórica e cultural merece ser perpetuado e preservado em nome do património memorial da cidade de Setúbal numa vertente dinâmica de contemporaneidade.

1. Enquadramento Histórico

1.1 - Contexto Sócio-Cultural

O fenómeno histórico conhecido como “Revolução Industrial” começa a formar-se por volta de 1780 em Inglaterra e estende-se gradualmente a vários países da Europa atingindo também Portugal. O termo terá sido criado por volta dos anos vinte do século seguinte mantendo-se a terminologia até à atualidade.

A génese do desenvolvimento deste processo tem raízes profundas em séculos anteriores, e não é o resultado de um movimento súbito nem fortuito, foi propiciado por condições de desenvolvimento natural, circunstância fundamental em termos de estrutura económica e social cuja característica principal seria a auto-sustentação. A longevidade e continuidade do sistema demonstra que se trata de um processo iniciado e em curso, e não de um ciclo fechado com princípio e fim.

Para que o processo de industrialização pudesse ocorrer de forma sustentada era necessário que se reunissem as condições necessárias à sua implantação e desenvolvimento.

Como tal torna-se fundamental a produção de excedentes agrícolas destinados predominantemente ao mercado como meio de sustentação das populações não rurais essenciais para alimentar as indústrias e o funcionamento das cidades, e um novo sistema de acumulação de capital para utilização nos sectores mais recentes e modernos da economia, uma vez que a economia se encontrava orientada para o lucro.

Este processo não teria sido possível sem a intervenção e fomento dos governos e administrações, de diversos tipos de investidores e empresários privados numa ação concertada que terá como consequência a expansão dos mercados. Verificar-se-á o triunfo dos mercados de exportação sobre o mercado interno.

A industrialização desenvolve-se particularmente através da indústria do algodão, inicialmente um sub-produto resultante do comércio ultramarino, e genericamente através do desenvolvimento da indústria têxtil, que, aproveitando o bloqueio dos mercados externos como consequência das Guerras Napoleónicas, se amplia e expande em larga escala.

A Revolução Industrial foi determinante na alteração das ideias económicas e sociais, revolucionando a agricultura, os meios de transportes e de comunicação. As profundas alterações doutrinárias em termos filosóficos e ideológicos emergentes resultam de transformações filosófica-sociais profundas nos sistemas e formas de produção presentes na Inglaterra do século XVIII, refletindo-se em toda a Europa.

Na base do sistema doutrinário e ideológico de que resulta a Revolução Industrial estiveram figuras como Adam Smith (1723-1790), Jeremy Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873).

O nascimento de uma nova ordem económica modernamente conhecida como capitalismo, enquanto sistema económico vigente no início do século XVIII, assentou em diversos fatores. O lançamento de novas políticas económicas liberais que aliavam baixas taxas de juro ao avanço tecnológico, a invenção de maquinaria industrial, como a máquina a vapor, a estruturação e desenvolvimento de meios de transporte fundamentais à expansão dos mercados, a exploração de grandes quantidades de matéria-prima, como o carvão e o ferro e mão-de-obra disponível em larga escala.

Esta nova ordem económica implicou profundas alterações ao nível dos modelos de produção, uma vez que toda a atividade produtiva anterior à Revolução Industrial era fundamentalmente artesanal, manual e assente nas relações familiares. A estrutura assentava em artesãos agrupados que dividiam tarefas e organizavam as etapas do processo produtivo, ou mesmo num processo único, isoladamente, que suportava toda a produção desde a obtenção de matéria-prima até ao produto final. Numa estrutura de manufatura as oficinas eram geralmente no domicílio dos trabalhadores.

A Revolução Industrial potenciou um novo sistema produtivo que implicava divisão das várias atividades industriais através da especialização dos trabalhadores numa só tarefa. Neste processo, os trabalhadores perdem o controlo do processo produtivo, nascendo um novo tipo de relação patrão/operário, em que o primeiro é responsável e controla a linha de produção, sendo o trabalho dividido por vários intervenientes, numa prática que ficou consagrada com a designação de *divisão do trabalho*.

O trabalho é realizado por máquinas e o operário é um mero operador desta novo equipamento - *a maquinofatura*. Segundo Rémy e Voyé:

Enquanto com o artesanato cada um dispõe de instrumentos próprios, de máquina própria e controla tanto o seu tempo e ritmo de trabalho como a quantidade e a qualidade produzidas, as coisas mudam, (...), com o estabelecimento fabril. Aqui, embora as máquinas permaneçam individuais, estão doravante agrupadas num mesmo espaço e o trabalho efetua-se sob o controlo visual de um patrão que decide os horários, os ritmos, as quantidades e qualidades e que compara os contributos individuais; deste modo, o instrumento permanece divisível mas o trabalho efetua-se segundo regras comuns impostas por um terceiro. (...) o instrumento é coletivo e o produto comum, e é impossível medir o contributo de cada um na produção. (Rémy, Voyé, 1997: 58).

De facto na sua *Breve História do Urbanismo*, Goitia, citando Adam Smith, considera que, o maior avanço e aperfeiçoamento da força produtiva, bem como a destreza, habilidade e acerto com que esta força deve ser dirigida ou aplicada, parece terem sido consequências da anterior divisão do trabalho - *division of labour* - (Goitia, 2008: 156). A produção em larga escala, é dividida por etapas e cada trabalhador apenas controla uma fase da produção, que se distancia cada vez mais do produto final.

Como vimos, este industrialismo surge na Inglaterra, essencialmente na indústria têxtil. As fábricas alinhavam-se ao longo dos rios, com engenhos movidos a energia hidráulica. Os sucessivos inventos, associados à utilização de grande quantidade de mão-de-obra, impulsionaram uma mudança na estratégia com consequente concentração de indústrias em pontos estratégicos, junto a centros urbanos, situação que proporcionou o crescimento de grandes cidades industriais. Ainda segundo Goitia,

O aparecimento da máquina a vapor permitiu que se realizasse uma tal concentração industrial que a produção em massa foi extraordinariamente favorecida. (Goitia, 2008: 157).

A história dos séculos XVIII e XIX, apresenta-nos o panorama dramático das manifestações sociais decorrentes do processo da Revolução Industrial, ao introduzir processos científicos de organização capitalista onde se perspetiva uma maximização da produção com a consequente repercussão no mundo laboral.

As bases da sociedade industrial urbana vão resvalar para um perda de liberdade de iniciativa do trabalhador; este, que ainda há algumas décadas era autónomo no seu sistema de produção artesanal, via-se agora confinado à dureza das linhas de montagem standardizadas, num industrialismo sem lei, selvagem, com impacto no quotidiano das cidades e das suas

populações. Estas transformações urbano-industriais foram responsáveis pela perda da homogeneidade social e arquitetónica e levam ao nascimento de uma nova paisagem urbana, dominada pela fábrica e pelos bairros operários, caracterizando o aspeto fabril dos grandes centros urbanos e os seus arrabaldes.

Como foi já referido a Revolução Industrial germinou inicialmente em Inglaterra, e as primeiras cidades industriais estão em Londres e Manchester. Outros países já contavam nesta altura com uma indústria de relevo, tal como a Alemanha, a França e a Prússia, mas nenhum deles de forma tão acentuada como a Inglaterra. Cidades como Hamburgo, Berlim, Paris ou Antuérpia constituíam grandes referências do desenvolvimento industrial europeu. Os Estados Unidos da América contavam com grandes centros industriais como Nova Iorque e Baltimore.

A Revolução Industrial aliada às grandes transformações agrícolas, veio alterar profundamente as condições de vida dos trabalhadores, provocando um intenso êxodo rural das populações para as cidades, tal como Francisco Keil do Amaral claramente descreve:

As indústrias uma vez postas ao seu serviço pelos possuidores de capital, e libertadas, principalmente pela intervenção da máquina a vapor e pela exploração dos jazigos de carvão, da necessidade de se instalarem junto aos cursos de água e às grandes florestas, de onde tiravam a indispensável força motriz, assentaram arraiais nos aglomerados urbanos, onde a mão-de-obra era mais abundante, e assalariavam inúmeras pessoas. Legiões de pequenos agricultores e artífices despojados das suas terras em benefício de grandes latifundiários, e esmagado pouco a pouco o artesanato pela concorrência das fábricas, não tiveram outro remédio senão vir a engrossar a massa de operários dessas mesmas fábricas cujos donos os haviam arrancado aos seus tradicionais modos de vida. (Amaral *apud* Teixeira, 2008: 16).

A localização das indústrias junto dos centros urbanos assumiu um carácter de alguma importância, uma vez que esta proximidade permitia aos empresários terem o controlo sobre uma mão-de-obra mal paga e dependente. A quantidade de mão-de-obra dependente da indústria e aglomerada em bairros junto às unidades fabris, permitia ao fabricante o eficaz controlo dos salários. O fator quantidade sobrepunha-se à organização eficaz do trabalho substituindo um modo de produção bem organizado (Goitia, 2008: 158-159).

Em paralelo, o desenvolvimento dos transportes marítimos e dos caminhos-de-ferro, com novos portos e com a reestruturação e reequipamento de outros existentes, trouxe um aumento da rapidez com que as matérias-primas afluíam às zonas industriais. As novas infraestruturas facilitavam e aceleravam a obtenção de combustíveis, elemento fundamental nos processos de produção que contribuíam para a diminuição do tempo de distribuição dos produtos acabados ao consumidor.

Em 1830, foi inaugurada a linha de caminho-de-ferro entre Manchester e Liverpool, a Manchester and Liverpool Railroad (Goitia, 2008: 157). A partir desta data, estabeleceu-se uma rede de linhas férreas que ligaram as grandes cidades inglesas (Engels, 1993: 51). O aumento das vias de comunicação proporcionou um aumento demográfico em cidades como Manchester, que em 1850 já contava com 400 000 habitantes, enquanto que a população de Liverpool aumentou de 35 000 habitantes para os 120 000, e Birmingham de 30 000 para 90 000 habitantes.

A demografia foi, no processo da Revolução Industrial, um fator importante na nova ordem económica. O sobrepovoamento dos campos ao invés de constituir um obstáculo ao desenvolvimento económico da Inglaterra, acabou por ser um fator determinante na sua evolução. O aumento exponencial da população nesta época foi o fator que tornou este período distinto de outras épocas anteriores. Em Inglaterra, a população na segunda metade do século XVIII cresceu 40%, tendo o crescimento nas primeiras décadas do século XIX sido superior a 50%.

Em Londres a população passou de 958 000 habitantes em 1800, para 4 536 063, em 1901. De acordo com Matta (Matta, 1909: 70-79) no início do século XIX havia na Europa apenas quatro cidades com mais de 100 000 pessoas, com uma população total de 4 700 000 de habitantes. No final do século, o número dessas cidades eleva-se a 147 com mais de 40 000 000 de habitantes.

Entre 1740 e 1820 assiste-se a uma baixa crescente da taxa de mortalidade o que constituiu o principal fator que contribuiu para o aumento demográfico. A introdução de novas culturas, como a de tubérculos (o que permitia alimentar o gado nos períodos de

inverno) e a do nabo (o que permitia o aumento dos rebanhos), contribuiu para um aumento de fornecimento de carne fresca às populações durante todo o ano.

Um conjunto de fatores importantes como o aumento da área de terra cultivada a construção de canais de rega, a drenagem de pântanos, a transformação de terrenos baldios em terras aráveis e o aumento das pastagens, contribuíram para uma melhoria substancial das condições de vida das populações.

O incremento do consumo dos cereais, nomeadamente do trigo, constituiu uma melhoria da alimentação e consequentemente um aumento das defesas do organismo e uma maior resistência às doenças. Houve uma melhoria das noções de higiene pessoal com a introdução do sabão e um aperfeiçoamento geral no vestuário com a adoção de roupas interiores de algodão.

Em termos de construção passou-se a utilizar as paredes em tijolo, pedra e ardósia em detrimento das de madeira e colmo. As cidades mais importantes viram as suas ruas pavimentadas e a criação de uma rede de esgotos e água corrente tornou-se numa realidade.

As melhorias das condições de vida das populações permitiram um avanço da medicina e da cirurgia. Foram construídos hospitais e dispensários. Os lixos passaram a ser despejados em locais apropriados e os mortos convenientemente enterrados (Ashton, 1987).

O campo deixou de ter capacidade de absorção desta demografia em ascensão, acabando por exercer uma pressão sobre os recursos disponíveis. O incremento das técnicas de exploração agrícola e o aumento da produtividade libertaram mão-de-obra emergente para a economia.

A crescente mecanização promoveu o surgimento de uma nova classe social - o proletariado - inicialmente constituído por antigos trabalhadores rurais que fugiram aos campos e afluíram às cidades em busca de melhores condições de vida. Estas migrações do campo para as cidades provocaram um aglomerado de população que se depara com cidades sem preparação para prover ao seu acolhimento.

Cidades como Londres ou Manchester não beneficiavam de planeamento, e os operários acabavam por ser remetidos para as periferias, distanciados da classe média citadina, onde o mercado habitacional era mais acessível, mas onde a extrema indigência proliferava. Consequentemente, os subúrbios explodem, tornando a cidade num palco de mudanças e o cenário da emergência de grandes tensões sociais.

Nesta nova conjuntura industrial em constante mudança, surgiram aglomerados populacionais junto às unidades fabris, o que contribuiu para o surgimento e cimentação de uma consciência de classe. A revolução dos transportes públicos propiciou também um novo tipo de vida urbana, uma vez que o local de trabalho e o de alojamento se foram progressivamente distanciando. As condições de salubridade eram péssimas, vivendo-se em barracas de madeira com coberturas de colmo, sem água potável, e na convivência com ratos e esgotos a céu aberto.

A introdução paulatina de maquinaria na produção industrial reduz a necessidade de força de trabalho, sendo a mão-de-obra masculina gradualmente substituída por mão-de-obra feminina e infantil, o que fez baixar simultaneamente os salários. Esta situação criou um exército de mão-de-obra excedentária contribuindo também para a redução salarial. Os investimentos feitos em maquinaria obrigavam a uma constante rentabilização do equipamento, que não podia estar inativo, obrigando a um alongamento das jornadas de trabalho, que muitas vezes ultrapassavam as 80 horas semanais.

Anteriormente, apenas o chefe de família trabalhava, e apenas a sua remuneração sustentava a família; nesta nova conjuntura, toda a família se via forçada a trabalhar. Mulheres e crianças entram para as fábricas a receber o mínimo indispensável ao seu sustento. Os salários eram muito reduzidos e toda a família se via obrigada a trabalhar para prover o seu próprio sustento.

Em Inglaterra, chegava-se a empregar crianças de 3 e 4 anos de idade em indústrias tóxicas e insalubres. Na indústria dos fósforos, por volta de 1843, metade da força trabalhadora era constituída por menores, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. Segundo Armando Castro, era comum encontrar menores a laborar em “ambientes carregados de gases venenosos, durante doze a quinze horas por dia, e sendo usual o trabalho noturno” (Castro, 1971: 202). Os trabalhadores morriam de fadiga como foi o caso de uma operária de

20 anos, após uma média de dezasseis hora e meia de trabalho diário, noticiada por um jornal londrino, numa edição datada de Junho de 1863 (Castro, 1971: 202). O trabalho noturno abrangia não só adultos, mas crianças com idades entre os 9 e os 10 anos.

Este fenómeno verificava-se em Inglaterra e nos outros países industrializados como a França, Alemanha e Estados Unidos. Por exemplo, “na Alemanha, (...), em 1816 a indústria ocupava cinco vezes mais homens que mulheres, e em 1846 apenas três vezes e meia; o mesmo sucedeu quanto ao trabalho infantil (...)”. (Castro, 1971: 203).

Ainda na Alemanha entre 1830 e 1840, a idade de ingresso da mão-de-obra infantil na indústria acontecia entre os 6 e os 7 anos, apesar de se ter registado a presença de crianças de 3 e 4 anos. Neste período, 25% da mão-de-obra operária era infantil. O horário de trabalho diário crescia das doze para as catorze horas.

De acordo com a descrição de Huertas Lobo:

Em Inglaterra, crianças a partir dos 6 anos puxavam nas mais profundas galerias das minas, os vagões com minério a elas atrelados por uma corrente de ferro presa a um cinto de couro, arrastando-se sobre os pés e as mãos (...). Em Liverpool, em 1842, mais de metade das crianças da classe trabalhadora, com menos de 5 anos, tinha morrido(...). A má alimentação, as condições péssimas de alojamento fizeram descer o limite de vida da classe trabalhadora abaixo dos 15 anos. (Lobo, 1985: 16).

Em paralelo, assiste-se a um aumento do custo de vida, como o aumento dos produtos alimentícios em constante subida desde a década de 60 do século XIX. O aumento do consumo e do poder de compra gerou novas preocupações e alterações nos hábitos dos operários.

A procura de produtos de higiene, de vestuário, de decoração e cultura introduziram alterações criando novas necessidades no dia-a-dia, numa conjuntura já sobrecarregada pelos produtos alimentares no âmbito dos orçamentos familiares. Sensivelmente a partir de 1860, este panorama começa a modificar-se. O emprego de mão-de-obra feminina e infantil começa a decrescer por toda a Europa.

Na origem destas alterações, encontram-se diversos fatores, como a necessidade de formação de operários e técnicos especializados provocada pelo desenvolvimento técnico da produção, a oposição dos trabalhadores às más condições de trabalho reinantes que com a ajuda das doutrinas humanitárias e filantrópicas obrigaram os dirigentes a manterem um mínimo de condições sanitárias e laborais, de modo a manter os efetivos motivados e serenos.

Neste período, as revoltas operárias eram desordenadas e normalmente fruto de iniciativas isoladas, enquanto ecos de revolta pelas condições miseráveis a que estavam sujeitos, de forma muito semelhante ao que no passado ocorrera com os camponeses.

Em França, após a Revolução Francesa, foram proibidas as manifestações de operários, o que favorecia o isolamento dos operários, cada vez mais explorados, e relegava as suas ações para atos desordenados de desespero e revolta.

A Europa desta época tinha plena consciência das condições de vida da classe operária, cada vez mais oprimida, infeliz, explorada, desmoralizadas e socialmente decadente. Muitos escritores coetâneos da época escreveram sobre este tema:

Segundo um documento de 1910, a Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conserva descrevia, nos termos seguintes, as condições habitacionais em Setúbal: «Compartimentos dignos desse nome não existem. O habitáculo de operário é uma jaula com pretensão a moradia habitual. Quanto à salubridade, a pior possível». (Faria, 1985: 64).

Este texto sob a forma de lamento, retrata o pensamento das populações operárias que vieram de uma vida rural, que por mais difícil e impeditiva de aspirações de sonhos que fosse, era mais digna do que a que foram encontra nas cidades industriais.

Leonardo Benévolo relembra a descrição que Friedrich Engels faz de um bairro de *cottages* em “A Situação da Classe Operária em Inglaterra”, de 1845:

(...) em todos os quatro lados por altas fábricas e altas margens cobertas de construções e áreas terraplanadas, estão cerca de 200 cottages reunidas em dois grupos, na maior parte com a parede posterior comum duas a duas, e nas quais habita um total de cerca de 4000 pessoas, quase todas irlandesas. As cottages são velhas, sujas e do tipo mais pequeno, as ruas são desiguais, cheias de

buracos e em parte não pavimentadas e sem valetas. Imundices, detritos e lama nauseabunda estão dispersos por todo o lado em enormes quantidades, no meio de lameiros permanentes; a atmosfera é empestada pelas suas exalações e escurecida e adensada por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças maltrapilhas circulam pelas imediações, sujas como os porco que se deleitam nos montões de cinzas e nos lameiros; (...). A raça humana que vive nestas cottages a cair, por trás de portas desconjuntadas e de caixilhos podres, ou nas caves húmidas e escuras, no meio de toda esta porcaria sem limites e deste mau cheiro, numa atmosfera que parece propositadamente fechada, esta raça humana deve pertencer realmente ao mais baixo degrau da humanidade (...). (Benévolo, 1994: 44-45).

Ainda que Engels apresente uma descrição de uma situação extrema, este excerto permite-nos ter uma panorâmica crua e dura das condições de vida das populações operárias mais desfavorecidas.

De acordo com Guilherme Augusto de Santa Rita, citando fontes da época (1891: 66-67), em França, cerca de 25 a 30 000 famílias tinham por moradia, cada uma delas não mais de uma única divisão onde coabitavam promiscuamente cerca de seis a oito pessoas, dormindo por vezes cinco ou mais num mesmo leito.

Neste contexto de industrialização as cidades de origem mineira eram claramente as que mais penosa memória deixam desta época.

As chamadas *Company Towers*, ou cidades das companhias, normalmente implantadas em lugares de extração de matérias-primas como o minério ou a madeira, abrigavam as famílias operárias em cabanas, em condições sub-humanas. Viviam subjugados a uma total tirania por parte de um agente da companhia, do qual dependiam para todas as necessidades, sem quaisquer direitos civis ou institucionais (Goitia, 2008: 164).

Transversal a todas as economias, que neste período se desenvolveram industrialmente, estão os novos conflitos sociais que emergem da génese de uma nova classe operária consciente e determinada que pretende obrigar à consciencialização de questões fundamentais inerentes a uma melhoria das condições de trabalho, de alojamento e de remuneração mais justa.

Estas reivindicações alimentaram um luta de classes com vista à obtenção de direitos historicamente negados pelos empresários burgueses num processo de revolução social, sob a

Vasco Luís Remondes Ferreira

forma de sublevações espontâneas que esteve na base da revolução de 1848 no Continente e do extenso movimento Cartista em Inglaterra.

Não só os operários sofreram com a Revolução Industrial, mas quase todos os sectores da economia passando pelos pequenos negociantes empobrecidos, aos burgueses inadaptados foram vítimas da ganância de um sistema que favorecia cada vez mais os ricos e antagonizava com o proletariado.

O sistema de crédito aberto às classes mais favorecidas permitia a deflação decorrente das Guerras Napoleónicas, mas atirando para o abismo económico os pequenos negociantes. Os principais pontos fracos deste novo sistema comercial residiam num inevitável ciclo de expansão, estagnação e recessão, com consequente queda das taxas de juro e a escassez das oportunidades lucrativas de investimento.

As crises periódicas em diversos setores eram frequentes neste período, normalmente associadas a maus anos agrícolas e posteriormente inerentes aos fluxos dos mercados e das Guerras Napoleónicas, cujos reflexos se fizeram sentir mesmo em tempo de paz.

A Revolução Industrial tornou-se no catalisador de profundas mudanças ao nível dos aglomerados urbanos e foi responsável pelo surgimento de um novo modelo de cidade, adaptado às necessidades prementes e crescentes de um novo modelo económico que despontava.

Emerge assim a era da industrialização e da mecanização e com ela um novo modelo de cidade que fazia por se adaptar à crescente demografia, ao nascimento de estruturas industriais e de redes de comunicações determinantes do sucesso e viabilidade deste sistema emergente.

É deste contexto processual histórico que se encontra a génese da cidade do século XXI num contexto de capitalismo económico, balizada pelos novos conceitos de sociologia urbana.

1.2 - A cidade: Da Revolução Industrial ao século XXI

O fenómeno conhecido como ‘Revolução Industrial’, determinou mudanças profundas nas estruturas habitacionais enquanto consequência de mutações complexas dos processos económicos, sociais e tecnológicos.

A expressão do processo de urbanização não passou exclusivamente pelo aumento demográfico, mas porque o desenvolvimento do capitalismo industrial operou mudanças ao nível da estrutura interna das aglomerações habitacionais existentes. Já nos finais do século XVIII e inícios do XIX que se assiste à absorção dos centros urbanos por parte de indústrias numa fase anterior eminentemente artesanais que se complexificam e ampliam, como por exemplo a indústria do papel e a indústria gráfica (Sposito, 2004: 1-6). Outras indústrias deslocaram-se para a periferia para se aproximarem das fontes de energia da época (principalmente o carvão), meios de transporte e matéria-prima, como é o caso da indústria metalúrgica.

A aproximação da indústria da cidade que anteriormente detinha um papel maioritariamente comercial, transforma o seu carácter num *processo de apropriação*, adaptando-a às necessidades emergentes do processo e da expansão do mercado, situação que determina o fim da cidade enquanto sistema económico e social autónomo. Desta situação, emerge um complexo em forma de rede urbana que obrigava à articulação das diversas áreas num primeiro momento, desarticuladas e desconexas. Como descreve Leonardo Benevolo em *As Origens da Urbanística Moderna*:

Este conjunto de transformações originou a mudança de domicílio e de modo de vida da maior parte da população (...), e modificou a utilização do solo e da própria paisagem. É totalmente nova a natureza dos fenómenos – a multidão dos habitantes, o número de novas casas, a capacidade das novas zonas industriais e comerciais, os quilómetros de novas estradas e carris, o número de veículos que circulam nas estradas da cidade – e a velocidade das transformações não tem precedentes: cidades que nascem e duplicam numa geração, iniciativas especulativas que se concretizam prontamente em estabelecimentos, estradas, canais e minas abertas em poucos anos na paisagem agreste, altos fornos e chaminés apontadas para o céu ao lado das terras dos torres das catedrais. (Benevolo, 1994: 22).

A *especialização funcional* criada a partir desta nova paisagem e modelo económico, a expansão dos mercados e o aumento sistemático da produção, reforçou a divisão social do trabalho que se manifesta através da *divisão espacial das actividades*, consequência das transformações estruturais que ocorreram na sociedade.

Indissociável deste processo encontra-se o desenvolvimento das redes de transporte e das comunicações, numa ‘revolução’ que levaria à construção dos primeiros caminhos-de-ferro por toda a Europa, permitindo uma circulação de mercadorias e pessoas indispensável à sustentação de uma economia em expansão, tanto do ponto de vista da circulação interna, como inter-cidades.

Como vimos este processo de industrialização aumenta geometricamente o volume de população num curto espaço de tempo e a concentração das populações em aglomerados ao serviço da indústria, denominados bairros operários e bairros industriais, detentores de condições precárias de salubridade e de habitabilidade. O êxodo rural obriga a transformações sem precedentes que começaram a evidenciar a ausência de infraestruturas adequadas de saneamento e esgotos que corriam a céu aberto.

Cerca de cem anos após a Revolução Industrial, os núcleos e centros urbanos mantinham a sua estrutura original, com casas pequenas, ruelas estreitas, pátios e jardins. Os seus habitantes mais abastados acabaram por abandonar o centro em detrimento do êxodo de famílias de trabalhadores pobres vindas do campo que construíram massivamente em espaços anteriormente ajardinados e em pátios, aumentando exponencialmente a densidade demográfica, compactando o tecido habitacional.

A periferia das cidades tornou-se num complexo indistinto que albergava inúmeros bairros de luxo constituídos pelas famílias abastadas que abandonaram os centros históricos, transformados em bairros constituídos por famílias pobres, assalariadas e recém-chegadas dos campos. Esta situação levou a um crescimento desordenado do território urbano criando um tecido compacto, resultado da inacção do Estado que incapaz de gerir o espaço público, abandona a planificação, a regulamentação e a fiscalização, o que permitiu um aproveitamento por parte da classe dominante em termos de investimentos imobiliários (Sposito, 2004: 4).

A sobreposição dos interesses públicos e particulares determina a estrutura da cidade, do bairro e das habitações em função do lucro. As casas eram diminutas em ruas estreitas e de difícil circulação, insuficientes para o acumular de pessoas, veículos traccionados por animais, escoamento de esgotos e criação de animais.

As habitações eram demasiado pequenas para os agregados que acomodavam, suscitando problemas graves em termos de ventilação, escoamento do lixo e execução de tarefas domésticas diárias. A localização destas nas proximidades de fontes de poluição, ruído e de indústrias tornava a vida dos seus moradores insalubre e propensa à propagação de doenças, ocorrendo, por exemplo, em 1830 um surto de cólera que alastrou por toda a Europa, resultado da falta generalizada de condições sanitárias.

Com a queda do poder liberal, na segunda metade do século XIX assiste-se a uma clivagem política que vem alterar a intervenção do poder público nas questões do urbanismo, com uma política de implantação de infraestruturas sanitárias (água e esgotos, gás e electricidade), melhoria das redes de transportes e uma política de aprovação de leis sanitárias e regulamentos de obras.

Neste período assiste-se a uma fragmentação da homogeneidade do padrão arquitectónico e a uma destruturação da unidade sócio-cultural resultado do próprio referencial ideológico liberal.

A expansão do urbanismo europeu suscitou uma reflexão sobre a cidade e o impacto que o processo de industrialização teve nas instâncias sociais, económicas e culturais que se definem em dois modelos, um culturalista e outro progressista.

O modelo culturalista defende a manutenção da antiga estrutura orgânica por oposição às pressões decorrentes da industrialização, e ao respeito pelos valores espirituais, numa concepção orgânica multifuncional com base num novo desenho urbano preconizado por Ebenezer Howard, conhecido como “Garden-City”(c. 1898).

O modelo progressista, de Le Corbusier, de carácter estritamente racionalista rejeita a herança artística do passado, defende o geometrismo natural, dando prioridade às necessidades materiais em detrimento das existenciais.

Nos finais do século XIX (1882), o espanhol Soria y Mata apresenta um projecto para uma nova estrutura de cidade - a cidade linear- fruto das suas reflexões sobre a evolução das redes de transporte e comunicações e o impacto que tem sobre a estrutura urbana. A sua reflexão sobre o urbanismo apresenta uma visão em que a comunicação em todas as suas vertentes dominará o futuro do mundo e consequentemente moldará e transformará os modelos de urbanismo mundial.

Este modelo visa suprimir a densificação e concentração urbana, evitando a disseminação da construção por todo o território, e preservando o espaço rural. Tem como objectivo a simplificação das ligações das redes técnicas e o agrupamento num eixo longitudinal das vias de transporte, as redes de saneamento básico e telecomunicações, bem como dos serviços municipais e dos parques. As zonas habitacional e comercial estender-se-iam ao longo de duas faixas longitudinais, formadas por quadras ortogonais, paralelas ao eixo principal.

O modelo de Soria acabou por ser apenas aplicado a um dos subúrbios de Madrid, sendo retomado na década de vinte do século XX pela União Soviética, por um grupo de arquitectos e engenheiros, entre eles N. Milioutin que desenvolve o modelo com o intuito de servir a realização do socialismo e a optimização da produção industrial (Choay, 2011: 13-14).

O acelerado processo de desenvolvimento sócio-económico, do período pós-revolução industrial, o crescimento demográfico, e a implantação de novos modelos de comunicação e transportes, bem como a mutação de toda uma estrutura social e económica, obriga ao desenvolvimento de novos modelos de cidade que se adaptem às novas realidades e que acompanhem o acelerado e progressivo crescimento de toda a malha tradicional urbana.

No século XX, assiste-se a uma ruptura e desagregação da organização e da estrutura da urbe fortemente marcada pelos dois grandes confrontos bélicos (a I e a II Guerra Mundial)

e pelo avanço tecnológico emergente. As antigas estruturas já não respondiam às necessidades e exigências decorrentes das rápidas transformações impostas pelos conflitos, levando a um abandono de padrões tradicionais (quarteirão, rua e praça) passando a um tipo de construção em blocos e torres.

Em Portugal, o percurso de industrialização ocorreu tardiamente e centralizou-se essencialmente nas cidades de Lisboa e do Porto, com especial intensidade na segunda metade do século XIX, a par de um acelerado processo de urbanização que veio a enfermar do mesmo tipo de problemas comuns às suas congéneres estrangeiras, como o crescimento desordenado e aumento da densidade populacional, em sistemas de habitação com condições de salubridade precárias, sobreocupação das áreas de residência e zonas urbanas degradadas (Teixeira, 1993: 381), criando condições propícias à deflagração de surtos epidémicos de doenças.

A Lisboa do século XIX é a herdeira de uma recente e abrupta reestruturação da cidade decorrente da destruição e colapso originado pelo sismo e maremoto de 1755, que de forma dramática virá a permitir uma transformação radical das infraestruturas de toda a região afectada.

A estrutura urbana de Lisboa foi profundamente afectada pelo sismo de 1755 e consequente devastação de uma grande parte da zona da *Baixa* e posterior reconstrução e reorganização no período pombalino, com a planificação de um novo traçado urbano e preocupação com os sistemas de saneamento e salubridade.

No ano de 1758, foi elaborado um plano-piloto para a reconstrução da zona da Baixa-Chiado, elaborado e subscrito por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel com base na inerente estrutura mental da época e dos pressupostos ideológicos que serviam o Iluminismo e exortavam à melhoria das condições de vida das populações, por um lado, e por outro às necessidades práticas de se visionar uma rede urbana já com preocupações de higiene e segurança pública que fizesse face aos sistemáticos surtos epidémicos que em períodos anteriores assolaram e dizimavam as populações.

A preocupação com a higiene e a melhoria das condições do ar de Manuel da Maia propulsionaram a criação de um plano que permitisse uma total reformulação da zona

afectada pelo sismo, respeitando, no entanto, as especificidades locais decorrentes de práticas religiosas, como igrejas e capelas.

A nova planificação de Eugénio dos Santos previa a implementação de estruturas subterrâneas para escoamento de águas, remoção diária de lixos, num traçado geométrico que era o reflexo do pensamento racionalista combinado com o conhecimento efectivo e detalhado da área que iria ser sujeita a intervenção. A sua abordagem embora inovadora em termos do traçado geométrico da rede viária, não deixava de respeitar a memória pré-existente da cidade antiga (Carreira, 2012: 214-215).

É este legado recente, que vai acolher as profundas transformações do processo de industrialização que se virá a estender a outros cenários urbanos em Portugal, com clara preponderância para as duas realidades urbanas de maior impacto, Lisboa e Porto.

O século XIX em Portugal virá a demonstrar a tendência para a ruptura com os sistemas tradicionais com base na estrutura pombalina, resultado da necessidade de expansão da cidade e da sua malha urbana. Essa ruptura é ainda mais evidente no decorrer do século XX com a inexistência de estruturas coerentes, hierarquias claras ou elementos estruturantes reconhecíveis (Oliveira, Marat-Mendes e Pinho, 2015: 50-51).

A estrutura urbana em Portugal durante as primeiras décadas do século XX acompanhou a turbulência e instabilidade política, originando um crescimento desordenado e sem critérios. O crescimento modesto do operariado e a ascensão da burguesia com determinados padrões, gostos e hábitos deixarão uma marca importante na concepção de novas zonas residenciais apresentando uma dicotomia entre a modernidade, que se pretende desenvolver através das novas técnicas e tecnologias, e uma mentalidade ainda preponderantemente oitocentista, que se torna num factor de entrave à evolução.

A arquitectura que se produzia reflectia, assim, essencialmente, o gosto da burguesia e teve em Raul Lino (1879-1974), Adães Bermudes (1864-1948), José Luís Monteiro (1848-1942), Norte Júnior (1878-1962) e Ventura Terra (1866-1919) em Lisboa e Marques da Silva (1869-1947), Francisco Oliveira Ferreira (1884-1957) no Porto os seus principais precursores (Pereira, 2011: 9-10), determinantes na definição e estruturação de conceitos que visavam a criação de um movimento identitário de cariz nacionalista.

Assim se lançaram as bases para uma arquitectura de carácter nacional, conjuntura que por inerência do seu regime político de inspiração dictatorial, acabou por desenvolver entre a década de 30 e 50 uma identidade arquitectónica, com base numa linguagem estética personalizada e singular que durante o período, auto-intitulado de Estado Novo, foi apelidada de “Português Suave” e que se desenvolveu por todo o país e territórios coloniais.

Esta política sobrepunha uma vertente ruralista e restauradora e uma outra técnica progressista e de certa forma cosmopolita que se pretendia aplicar nas novas estruturas de desenvolvimento do país. A arquitectura assume, desta forma, a sua função de legitimação do poder, criando definições e formulações próprias, organizando conceitos de forma a exaltar uma ideologia promotora da identificação de símbolos nacionais de carácter historicista (Pereira, 2011: 12).

O Primeiro Congresso dos Arquitectos Portugueses, ocorrido em 1948, irá ser precursor de uma mudança de paradigmas, de rompimento com o *status quo* vigente, procurando novas expressões que marcarão um período de transição para os anos 60 (Pereira, 2011: 14), passando de uma arquitectura de “resistência” a uma modernidade que já se atrasava em relação ao resto da Europa.

É durante as décadas de 50 e 60 que a verdadeira arquitectura modernista desenvolve a sua expressão. Nesta fase que os ideais modernistas liberalizam-se para culminar num estado de individualização e democratização na década de 70, sobretudo no período posterior à queda do antigo regime.

A explosão da arquitectura e abertura ao exterior só ocorre verdadeiramente a partir da década de 80, nomeadamente após a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, e a explosão económica, social e tecnológica daí decorrente.

A cidade do século XX é essencialmente o produto das novas lógicas de produção e consumo. Novas tecnologias obrigam a arquitetura a introduzir novos paradigmas e materiais, e surgem conceitos como os de sustentabilidade, flexibilidade e ecologia.

No século XXI, a cidade deverá ser um misto reflexivo das necessidades prementes e específicas das grandes linhas de força da sociedade atual não só inerentes aos processo

governativos e ciclos vitais, mas também a uma visão dinâmica e globalizante de um multiculturalismo estabelecido e de uma multi-etnicidade crescente. Neste contexto a cidade fará parte de um sistema mais alargado, supranacional e cosmopolita adequado à sua realidade geo-estratégica.

Pretende-se de alguma forma inverter o processo de desurbanização que se instalou na segunda metade do século XX, decorrente do crescimento desenfreados dos núcleos urbanos e de um crescimento não sustentado das periferias.

De acordo com Lewis Mumford (1998), se antigamente a cidade era o mundo e hoje o mundo é a cidade, existe uma necessidade premente de converter velhos modelos em novas realidades que permitam responder aos novos desafios emergentes, de maneira a respeitar de forma adequada os novos modos de vida do século XXI.

O paradigma da cidade do século XXI deve constituir ao mesmo tempo um espaço de modernidade que integre a tecnológica do presente, recupere a memória e identidade de um passado que cria um *continuum* enraizador de processos sociais e culturais, agregadores de vivências e convivências que tornam a cidade numa entidade viva em permanente desenvolvimento (Lerner, 2012: 57).

Mais do que um emaranhado de estruturas sem vida e sem alma, a cidade do século XXI deve representar um compromisso entre o essencial e o lúdico, o grande e o pequeno, o antigo e o novo, a memória da identidade passada e da essência utópica do futuro.

A introdução do conceito de “acunpuntura” apresentado por Jaime Lerner (2012) potencia um dinamismo acutilante na revitalização e reestruturação de espaços urbanos que necessitem de intervenção, seja no plano da recuperação de espaços votados ao abandono, degradados ou desajustados da realidade actual.

A “acunpuntura” enquanto abordagem de reconfiguração dos espaços urbanos reverencia o tempo futuro e a contemplação da eternidade através do resgate da memória, da auto-estima e do sentimento de pertença. É através de um prédio antigo, de um quarteirão ou de um bairro que se alicerçam as dinâmicas e compromissos de todo um património de

valores, e se perpetua a alma intemporal de um local que se transforma e sofre metamorfoses, sem perder o invisível fio condutor da sua essência e identidade, constituindo-se como um *lugar antropológico*, no dizer de Marc Augé: a um tempo, identitário, relaciona e histórico (Augé, 2012).

Por outro lado a decifração ou interpretação do lugar através da organização social das infraestruturas remete para a sua origem ou fundação enquanto modelo narrativo que integra o espírito do lugar. A marca social do território é fundamental no estabelecimento de ligações identitárias fortes e perduráveis. O laço de pertença repete-se em forma de ciclos e passa de geração em geração (Augé, 2012: 69).

Nesta perspectiva assume-se que a habitação se torna num testemunho mudo, num refúgio físico e psicológico para os seus habitantes, guardião de uma identidade que se metamorfoseia de acordo com a temporalidade da vida de quem a habita e das suas vivências pessoais e interpessoais (Botton, 2006: 20).

A arquitectura é inconsistente na capacidade de se tornar num veículo gerador de felicidade, e tão-pouco de ser estimuladora de mudanças evidentes de carácter. A mensagem subtil que os edifícios tentam passar através de convites, em vez de imposições, são claramente ignorados, e a incapacidade de se conseguir criar ambientes adequados espelha a incapacidade de encontrarem a felicidade noutros aspectos da vida.

De acordo com Alain Botton:

Projectar significa obrigarmo-nos a desaprender aquilo que achamos que já sabemos. Significa desmontarmos pacientemente os mecanismos que presidem aos nossos reflexos e reconhecermos o mistério e a espantosa complexidade dos gestos quotidianos(...). (Botton, 2006: 281).

Esta reflexão leva-nos a ponderar o próprio conceito de arquitectura enquanto paradigma de exaltação da felicidade. De facto, a harmonia, beleza e estética intrínsecas a um determinado edifício, que à primeira vista deveria ser sinónimo de felicidade, não corresponde à realidade, porque existe a possibilidade de quem o adquire, estar meramente a procurar fora

de si a felicidade, refugiando-se na beleza do ambiente exterior para se imbuir de um falso sentido de segurança e harmonia.

Neste contexto, os edifícios que eventualmente admiramos são de alguma forma aqueles que de forma subtil exaltam ou transmitem valores ou ideias que achamos louváveis, num contexto de atributos positivos como a amizade, a bondade, a subtileza, a força ou a inteligência. Aparentemente o nosso sentido de beleza e a forma como perspectivamos uma vida feliz estão profundamente interligados (Botton, 2006: 109).

O contexto cultural em que nos inserimos é modelador desta concepção, uma vez que a “cultura” é o conceito que atribuímos à força que nos ajuda a identificar e orientar para quais as sensações deve projectar a nossa atenção e desviam-nos daquelas a que não atribuímos valor (Botton, 2006: 296).

Este tipo de perspectiva, da carácter estético-filosófico pretende recuperar sentimentos e enfatizar a relação do homem com o edifício construído, numa reflexão introspectiva e numa relação intimista que convidam à análise do espaço que escolhemos habitar. De forma inconsciente o espaço que escolhemos acaba por ser um reflexo dos nossos valores pessoais, do sentido de estética (ou mesmo da ausência dele) e do nosso conceito de felicidade. Não se distingue de forma leviana a ‘casa’ enquanto estrutura edificada com determinadas características, do ‘lar’ enquanto um todo, espaço de vivências, de memórias, de alma.

O conceito de ‘arquitectura da felicidade’ aborda a perspectiva humanista da arquitectura enquanto paradigma propiciador de conforto e bem-estar e em última instância da felicidade. Encontramos aqui uma valorização de aspectos preponderantes às ideias contemporâneas de reinserção humana, senão mesmo humanitária, de sustentabilidade material, de equilíbrio existencial e ainda de respeito pelo património, que são o contraponto necessário aos desmandos que trouxeram as ideias de progresso a todo o preço, e rejeição do passado, associados à modernidade técnica e industrial.

"Dito isto, não vale a pena determinar se se deve classificar Zenóbia entre as cidades felizes ou entre as infelizes. Não é nestas duas espécies que faz sentido dividir a cidade, mas noutras duas: as que continuam através dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos ou conseguem aniquilar a cidade ou são eles aniquilados."

As Cidades Subtis. 2. em *As Cidades Invisíveis* de Italo Calvino
(2015).

2. O Bairro Baptista

2.1 - Enquadramento urbanístico de Setúbal

Setúbal é uma cidade que se localiza na zona da baía estuarina do rio Sado nas proximidades de Lisboa (a cerca de 32 km), delimitada a Oeste pela serra da Arrábida.

As origens da sua fundação remontam ao século VIII a. C. (em termos de localização estratégica foi propícia à implantação de populações já desde o período do Paleolítico Inferior), e terá nascido como entreposto comercial fenício. A ocupação remontará ao final da Idade do Bronze, onde as populações já demonstravam uma tendência vocacionada para o comércio intimamente ligada à rota fenícia do Ocidente. Implantada numa situação estratégica, dominava a baía de Setúbal e a foz do Sado, uma das mais importantes vias fluviais de penetração para Interior-Sul (Soares, 2000: 113).

Após um hiato em termos de ocupação de cerca de 300 anos e que recua ao período de ocupação da Idade do Ferro, assiste-se à emergência da ocupação romana, que se encontra atestada entre os séculos I a.C. e se estende até ao século IV da nossa era. Os vestígios arqueológicos mais antigos, de domínio romano, e que poderão datar de finais do séc. I a.C. foram recuperados numa intervenção arqueológica no Largo da Fonte Nova.

A cidade romana de Setúbal estruturou-se em dois núcleos que se encontravam separados pela Ribeira do Livramento, tendo o núcleo mais importante sido desenvolvido a Oriente deste curso de água e que abrange a área desde o Bairro de S. Sebastião até à Praça do Bocage.

Ocupou também a colina de Santa Maria no rebordo ocidental do planalto do Pliocénico e uma restinga de areias fluviais com mobilizações eólicas (Soares, 2000:117) que se prolongava até à Praça do Bocage.

O núcleo oriental da cidade apresentou vestígios de uma utilização funcional diferente, encontrando-se a área de ocupação entre a colina de Santa Maria, o Largo da Misericórdia e o

Miradouro, destinadas à ocupação residencial e comercial por excelência sendo que foram encontradas lojas do século II na Rua dos Apóstolos (Soares, 2000: 118).

Em 1997, terá sido descoberta uma possível praça pública, eventualmente um *forum*, na Travessa de João Galo, onde foram encontrados vestígios arquitetónicos de um edifício de grandes proporções, datado do século II da nossa era, e que terá sido desmantelado no período tardo-romano (Soares, 2000: 118).

No que se refere à malha urbana da cidade romana de Setúbal existe escassa informação, à excepção de um possível eixo viário de direcção Nor-Nordeste-Sul-Sudoeste identificado pelas respectivas canalizações de esgotos que corresponde à actual Rua Jorge de Aquino.

A consolidação da ocupação romana parece só ter sido atingida a partir do segundo quartel do século I. d.C., e não terá assumido uma estrutura de cidade político-administrativa monumental, mas um dinâmico centro de produção comercial, de manufacturas e de actividades portuárias. As manufacturas encontravam-se implantadas na zona da restinga onde foram identificados três conjuntos fabris de salga, e no actual Largo da Misericórdia foram encontrados vestígios de uma olaria onde se produziam ânforas do tipo Dressel 14 (Soares, 2000: 120).

A cidade romana do século II d.C. encontrava-se suportada pelo extenso e especializado complexo fabril de Tróia (salga de peixe e derivados), onde a economia assentava em larga escala acoplada dos numerosos sítios da margem direita do Sado que se tinham especializado na produção em massa de contentores, ânforas, como por exemplo os da Herdade do Pinheiro (Soares, 2000: 121).

A larga escala supra-provincial e a especialização deste centro económico constituíram factores de grande vulnerabilidade no decorrer da grande crise do final do Império. Assiste-se ao declínio da cidade romana em paralelo com a de Alcácer do Sal, vindo Setúbal a absorver grande parte das responsabilidades político-administrativas que eram detidas por *Salácia*.

A crise do século III obriga a uma profunda transformação de todo o sistema económico e social da região. A economia que dependia fortemente de mercados distantes

colapsou com o declínio drástico e da redução destes mercados. A título exemplificativo algumas fábricas de salga de pescado foram convertidas em necrópoles (Tróia), e outras em lixeiras (Setúbal).

No início do século V, o paradigma sócio-económico romano havia-se esgotado, e os vestígios deste período mostram que grande parte das áreas edificadas foram transformadas em lixeiras, a par de uma contracção do espaço urbano. A inversão do processo de urbanização durante o período da Alta Idade Média ocorreu em paralelo ao avanço da linha de costa a Norte.

A presença árabe em Setúbal não teve um impacto significativo num período de instabilidade e desagregação do poder político, que deixava a área litoral vulnerável e desprotegida, uma vez que Setúbal não tinha condições de defesa, nem naturais, nem artificiais, encontrando-se em clara desvantagem no que se refere a povoações altaneiras como Palmela e Alcácer do Sal.

Após a reconquista definitiva do território aos Mouros no decorrer do século XII, Setúbal inicia um lento mas contínuo processo de repovoação (a ocupação árabe optara por outras localizações para a sua implantação) e virá a desempenhar um importante papel durante o período das Descobertas com a utilização dos estaleiros locais na construção de embarcações de longo curso.

A vila de Setúbal da Baixa Idade Média (cujo documento escrito mais antigo remonta a 1235, descrevendo-a como uma pequena aldeia de pescadores do termo de Palmela), (Soares, 2000: 123) desenvolveu um dinamismo que assentava fundamentalmente no desenvolvimento de actividades múltiplas, relacionadas com a exploração de recursos marinhos, nomeadamente a exploração do sal, a captura e tratamento de pescado, bem como de outras relacionadas com actividades portuárias ou de manutenção de embarcações, equipamentos e ferramentas. Este dinamismo valeu a concessão de foral, pelo Mestre da Ordem de Santiago, no ano de 1249.

A morfologia urbana de Setúbal medieval estava condicionada pela sua geomorfologia, apresentando, no entanto alguns dos padrões que genericamente enquadravam o medievalismo das cidades no mundo Ocidental, como ruas estreitas e tortuosas, becos

fechados, zonas de estreitamento e amplificação, e cotovelos em ângulo recto, como a Rua do Gonçalo ou a Rua da Paz (Soares, 2000: 125). E ainda uma rede viária que reflecte a orgânica e o dinamismo das vivências da comunidade local. Em termos urbanísticos, a consolidação da vila medieval ocorre através da construção de uma fortificação, criando a Oeste, o arrabalde do Troino onde se instalam dois conventos, o de São Francisco em 1410 e o de Jesus em 1490 (Soares, 2000: 125).

Na Idade Média, era frequente atribuir à rua um nome em conformidade com a actividade que nela se praticava. Neste contexto, ainda hoje se podem aferir diversas ruas cujos nomes retiveram uma referência aos mesteres medievais. Por exemplo: a Rua dos Ourives (hoje de Dr. Paula Borba), a Rua dos Caldeireiros, a Rua dos Almocreves, a Rua dos Sapateiros, entre outras.

Presentemente todas estas ruas perderam o seu carácter inicial e dinamismo funcional dos primórdios, constituindo memória de um património distante que, ainda assim, serve de referencial para os seus habitantes.

Durante a Idade Média, era prática comum uma determinada “valorização” do espaço da praça da cidade e dos edifícios públicos adjacentes, enquanto centros de convívio e de negócio das populações medievais. Em Setúbal destacam-se por exemplo, o Largo da Ribeira Velha, a Praça do Sapal e o Largo da Misericórdia.

O estuário do Sado proporcionava, nesta época condições naturais à actividade salineira, constituindo uma das principais produções deste importante centro piscatório, que veio a tornar-se em 1532 no maior centro salineiro do país.

As salinas faziam parte das infraestruturas peri-urbanas, constituindo património da Ordem Militar de Santiago desde 1322. Posteriormente, as mais próximas da vila acabaram por vir a ser abandonadas, o que permitiu a expansão da área urbana para o exterior da zona muralhada.

O aumento da importância de Setúbal no século XIII e XIV resulta do aumento progressivo da implantação de inúmeras instituições de carácter administrativo, situação que irá estabelecer uma valorização crescente em termos mercantis locais e regionais. A

importância desta vila pode ser aferida através do tecido oligárquico dos seus constituintes, onde vamos encontrar membros da Ordem Militar de Santiago e ilustres funcionários régios.

Já o arrabalde de Palhais, a Leste da vila parece ter uma constituição mais recente, remontando ao século XV e será o local onde na última década daquele século será erigida a primitiva igreja de São Sebastião que em 1553 seria transformada em sede da nova paróquia de Setúbal.

O crescimento faz-se maioritariamente de Sul para Norte, com quarteirões estreitos de ruas apertadas e extremamente acidentadas, o que ainda actualmente oferece obstáculos à circulação automóvel nesta parte da cidade. A organização urbanística em torno da Igreja de S. Sebastião adaptou-se à acidentalidade do terreno, sobretudo na encosta voltada para o Sado de desnível pronunciado.

A estrutura agregadora da povoação deste período foi a Muralha que pela sua natureza estabeleceu uma fronteira entre o núcleo citadino e o espaço rural, o que reforçou a socialização intramuros e uma certa sensação de liberdade e autonomia daqueles que aí viviam. Esta estrutura assegurava não só a protecção contra ataques de pirataria como protegia o espaço de inundações fluviais.

A Muralha abrangia não só o espaço social e residencial como o núcleo religioso da elite, que tinha o seu local na colina de Santa Maria, encontrando-se a área económica e administrativa situada na Ribeira e no largo adjacente. Englobava também as zonas habitacionais das minorias judaica e muçulmana e a estrutura viária que sobreviveu, ainda que de forma parcial, até à actualidade.

Neste contexto, o confronto do registo arqueológico e os dados históricos emergentes, permite configurar um padrão deste burgo medieval como sendo uma estrutura com base na articulação de dependências e complementaridades internas, desenvolvimento de actividades artesanais ligadas ao sector portuário mercantil, remetendo as actividades agrícolas para um plano secundário (Soares, 2000: 126-127).

A produção de sal neste período constituía um interesse económico associado a diversos grupos sociais que formavam uma elite (Silveira, 2008: 11).

Do ponto de vista político, assiste-se a uma complexificação da estrutural social através da emergência de uma instância de poder local, a Ordem de Santiago, em confronto com o poder senhorial, bem como de alianças entre o poder local e o poder régio.

A transição do período medieval para a era moderna no decorrer dos séculos XV e XVI beneficiou largamente do nascimento e expansão do império ultramarino. Neste período, Portugal transformou-se numa vasta plataforma de trocas de mercadorias que vinham do Oriente, de África e do Brasil, sem que Setúbal nunca tivesse aproveitado o investimento de recursos nem o impacto que a sua posição privilegiada poderia ter provocado sobre a sua estrutura produtiva. As expedições militares e a emigração desencadearam uma baixa acentuada da demografia, causando o despovoamento dos campos por falta de mão-de-obra.

A situação económica e financeira foi de ruptura, agravada pela escassez de cereais. Para fazer face a esta grave crise, os monarcas recorreram à política de isenção do pagamento de dízima aos exportadores de sal com obrigação de trazerem cereais (trigo) de retorno. O porto de Setúbal, como resultado desta política mercantilista, onde o sal se tornou moeda de troca, passou a ocupar, desde então, uma importante posição no comércio de exportação nacional (Faria, 1985: 53).

Setúbal, que inicialmente se estruturava nos dois núcleos congregadores de Santa Maria da Graça e de S. Julião, sofrerá uma transformação da sua estrutura interna. Nesta reestruturação, a nova bipolarização era efectuada em função de Troino (o primeiro arrabalde a desenvolver-se) e da própria vila (espaço dentro da Muralha). Logo após a Restauração, Setúbal ergue uma nova linha de muralhas, agregando a vila medieval intramuros e as zonas de arrabaldes de Troino e Palhais, que no decorrer do século XVI foram elevados a freguesias urbanas (Sampayo et AL, 2013: 7).

No início do século XVI foram edificados o Paço do Trigo, a Casa da Câmara, a Cadeia e o Açougue, seguindo-se-lhes obras de reparação de calçadas, edificação de chafarizes, instalação de relógios nas torres das Igrejas de São Julião e de Santa Maria, fortificação do Outão, que são apenas alguns exemplos. Em finais do século XVI (1583), dá-se a construção da fortaleza de S. Filipe, cujo objectivo era a defesa do rio Sado dos ataques

dos holandeses que nesta época eram inimigos de Espanha sob cujo domínio Portugal se encontrava (Faria, 1985: 54).

A estrutura urbana do Renascimento apresentava alguns elementos definidores, como, por exemplo, a fortificação das cidades; a reestruturação interna das cidades existentes através da aplicação de uma nova malha viária (a Avenida Luisa Todi, a velha Rua da Praia, foi uma primeira estratégia de aproximação marítima por parte dos setubalenses); a introdução de praças de desenho regular com um monumento no centro e de elementos ornamentais nas mesmas.

Em Setúbal, as principais praças na época eram nomeadamente a Praça do Bocage (antiga praça medieval), a Praça de S. Bernardo e a Real Praça de S. Pedro (actual Praça Marquês do Pombal) - sendo as duas últimas, desenhadas de acordo os princípios renascentistas, o que lhes conferiu um carácter de maior regularidade, e que posteriormente, já no decorrer do século XVIII virão a ser melhoradas.

As fontes constituíam também um elemento caracterizador desta paisagem urbana. A título exemplificativo mencionam-se a que existia na Praça do Sapal, uma outra que se localizava no campo do Bonfim, hoje o jardim da cidade, e, por fim, uma outra denominada de São Caetano. No centro da Praça de S. Pedro foi erguido um pelourinho com a seguinte inscrição: *“Este pelourinho se mudou da praça da Ribeira para esta Real no anno de 1774”* (Faria, 1985: 8).

No período Filipino, e posteriormente durante a Restauração a Muralha torna-se num instrumento de guerra. A Muralha seiscentista cujo perímetro ainda hoje é passível de ser reconstituído, a partir das ruínas deixadas pelo terramoto de 1755, abrangia a malha existente e ainda alguns vazios para possíveis expansões. À semelhança da medieval, a sua definição geométrica dada por um rectângulo mantinha a orientação costeira. A Muralha era composta por onze baluartes e dois meio baluartes. O baluarte do Cais ou de Nossa Senhora da Conceição, considerado o mais importante desapareceu. Actualmente, prevalece o baluarte dos Quartéis, um dos exemplos mais bem conservados de fortificação seiscentista. No que diz respeito aos restantes baluartes, podem-se encontrar alguns vestígios em muito mau estado quando se percorre a cidade antiga.

No século XVII, Setúbal atinge o seu auge de prosperidade quando o sal toma um papel preponderante como moeda para a troca e retribuição de ajuda militar ao apoio fornecido pelas nações europeias a Portugal.

Decorrido o período conturbado do domínio espanhol e das guerras da Restauração, Setúbal retomou paulatinamente a sua actividade, centrada, fundamentalmente, na produção de sal e nos recursos marinhos. D. Pedro II foi o primeiro monarca que para obviar esta excessiva especialização económica, mandou promulgar medidas que criassem diversidade em termos de processo produtivo, implementando a plantação de amoreiras para a criação de bichos da seda. Os monarcas que lhe sucederam valorizaram essencialmente o dinamismo agrícola dos arredores de Setúbal, com principal ênfase na produção de vinhos de Palmela e Azeitão, e no cultivo da batata e do arroz (Faria, 1985: 55).

A 1 de Novembro de 1755, Setúbal é grandemente afectada pelo sismo que abalou meio país, provocando uma profunda ruptura no seu desenvolvimento:

“Em o primeiro Sabbado pella manhã serião nove horas e meia pouco mais ou menos tremeu a terra e principiando brandamente levou algua couza e logo deminiuio e tornando com mais força a levantar e depois a demenuir ate que parou o que tudo seria hum quarto de hora pouco mais ou menos. Sucedeu que com este terramoto esta terra de Setuval se arruinou caindo os templos e muitas cazas por forma que fogindo algua da gente succedeu perecerem nas ruas muitas e nos templos bastantes. Vi que com este tremor se perturbou toda a gente e receando ser dia final os maridos procuravão pellas mulheres, estas por elles e ellas, os irmãos huns pellos outros e no fim tudo era confusão e o verdadeiro retrato do dia do juízo.”(Faria,1985: 8-9).

Apesar do impacto do terramoto se encontrar maioritariamente divulgado no que se refere à destruição provocada em Lisboa, a intensidade do terramoto que assolou Portugal foi elevadíssima e fez-se sentir em várias regiões do país. Setúbal foi a povoação que, a seguir a Lisboa sofreu um maior nível de destruição. Descrições efectuadas por diversos autores sobre a amplitude dos estragos, revelam que a maioria dos edifícios ruíu com o abalo e que o número de pessoas que pereceram foi assinalável.

A reconstrução de Setúbal não demorou muitos anos. O tecido urbano da cidade mercantil e pré-industrial que a carta de 1804 apresenta, terá sido muito provavelmente semelhante ao que existia no período anterior ao terramoto de 1755. A reconstrução da cidade foi diligenciada quase de imediato por iniciativa dos habitantes, sem qualquer plano de ordenamento e construção. Os habitantes terão reconstruído as suas habitações exactamente no mesmo lugar das antigas, podendo estas ter mais ou menos pisos que as anteriores, mas genericamente a carta cadastral da cidade manteve-se.

Apesar deste percalço no desenvolvimento da cidade, Setúbal continuará a progredir e a crescer, mantendo-se, porém, à margem da estrutura urbana do Barroco, característica das suas congéneres espanholas e italianas da épocas, caracterizando-se por uma ausência de monumentalidade arquitectónica e urbanística.

O desenvolvimento económico e social de Setúbal no decurso do século XIX transformou a cidade num dos centros industriais e comerciais com maior importância no país. A evolução demográfica de Setúbal acompanha esta transformação. Porquanto dá-se um incremento populacional de estrangeiros, nomeadamente de capitalistas franceses que importavam os seus recursos humanos especializados da região de Nantes e do sul de Espanha. Este fluxo migratório, tanto interno (com a deslocação de populações locais), como externo, tendo por base o florescimento industrial da cidade, irá ter um profundo impacto no desenvolvimento urbano de Setúbal.

A cidade mantém a estrutura urbanística consolidada pela fortificação seiscentista até aos finais do século XIX, período em que se verificou uma desestruturação desta, para permitir o estabelecimento de pontos de ligação a novas áreas de expansão que acomodassem a introdução de um novo meio de transporte, o automóvel. O reconhecimento desta evolução culmina com a elevação do estatuto de vila a cidade atribuída por Decreto da *2ª Repartição da Direcção-Geral da Administração Pública do Ministério do Reino*, de D. Pedro V, de 19 de Abril de 1860 (Tomé et Al., 2016: 136-138).

A Setúbal do século XIX demonstra preocupação em termos de melhoria urbanística a qual transcendia os limites do espaço histórico, criando uma nova dinâmica de expansão com base num processo de industrialização, de criação de novas vias de comunicação e melhorias

no plano cultural e educativo, e ainda uma nova preocupação com o domínio público, que se traduziu na construção de espaços e passeios públicos e na efectiva organização e regulamentação do edificado.

O processo de terraplanagem efectuado sobre o rio e a transformação da Rua da Praia e da praia na nova avenida, introduz alterações permanentes na morfologia urbana, criando um novo eixo estruturante.

No final do século XIX a cidade de Setúbal apresenta um elevado desenvolvimento resultado do crescimento industrial. Em 1880, a cidade articula o crescimento em dois núcleos, o da indústria conserveira e o da exploração intensiva dos recursos marinhos, uma vez que a indústria salineira se encontrava em lento declínio desde meados do século. A chegada dos franceses, trazendo novos métodos de conservação do pescado, marcou o dealbar de um novo crescimento.

Entre 1890 e 1911 a população urbana praticamente duplica. Este fluxo de crescimento inesperado foi acompanhado pelo surgimento de uma nova variedade de edificações destinadas ao alojamento dos estratos mais desfavorecidos. Paralelamente à casa térrea unifamiliar, surgiram agrupamentos habitacionais de desenvolvimento horizontal, destinados ao arrendamento, denominadas *barraca de alvenaria* ou *casa abarracada*, habitações que, de acordo com relatos e inquéritos da época, apresentavam péssimas condições de higiene e salubridade bastante precárias.

A planta da cidade de 1890 mostra uma ocupação contínua das principais vias de acesso e a implantação do primeiro complexo industrial já fora da cidade: as fábricas de conservas de Manuel Neto e António José Baptista, localizadas nas imediações da estação de caminhos-de-ferro onde, no início da década, nasce o *Bairro Baptista*, edificado em torno da Praça de Touros D. Carlos, e inicialmente destinado aos operários.

O espaço urbano organiza-se em torno de inúmeros bairros resultantes da complexidade social emergente do desenvolvimento das actividades industriais e comerciais ligadas à pesca e à indústria conserveira. A ocupação dos bairros não era arbitrária, encontrava-se intimamente ligada à actividade predominante. Neste contexto, as populações

do Bairro Santos Nicolau e do Bairro das Fontainhas, conhecidas por *ovarinas*, estão relacionadas com a origem dos seus habitantes (região de Aveiro e litoral centro). Se por um lado os habitantes do Bairro Santos Nicolau viviam essencialmente da pesca estuarina do Sado, ou estabelecidos como pequenos proprietários abastecendo o mercado burguês, por outro, os habitantes do Bairro do Tróino dedicavam-se à pesca da sardinha e à indústria das conservas. Parte da sua ocupação era ainda oriunda do Algarve, resultado do fluxo migratório de populações atraídas pelo crescimento e expansão da indústria conserveira (Guimarães, 1994: 532).

O desenvolvimento fabril, durante este período e até à I Guerra Mundial, quase triplicou. Mas tal facto não originou uma mudança na estratégia de construção para o operariado, aumentou sim o pequeno empresariado atormentado por dívidas e reinvidicações proletárias. Neste contexto, era frequente o primeiro andar das estruturas fabris terem alojamentos para o mestre da fábrica ou mesmo para o proprietário, sendo o número de habitações para operários perfeitamente irrisório e, como aconteceu com o “cacique” António José Baptista, depressa essas habitações acabaram por integrar o mercado de arrendamento, expulsando delas os operários que não tinham meios de pagar o alugar (Guimarães, 1994: 531-534).

Em grande medida, a habitação destinada ao arrendamento terá tido origem em pequenas fortunas imobilizadas ou no pequeno comércio retalhista; investia-se na compra de propriedades urbanas para se viver pacatamente dos rendimentos, aparecendo neste período algumas mulheres a encabeçar projectos de construção deste tipo de habitações.

Este período é marcado pela emergência de um capitalismo popular assente nos estratos inferiores da burguesia, que tinha por base as necessidades incessantes de pessoas que procuravam alojamento e cujas condições de vida eram inferiores aos dos pescadores e dos operários da indústria conserveira, como por exemplo os descarregadores de peixe do porto e daqueles que efectuavam o transporte do pescado para as fábricas.

O Bairro Salgado embora projectado desde os finais do século XIX só é começado a construir já no início do século XX, edificação que se prolonga até aos anos 30 (Quintas, 1998: 455). Este bairro irá afirma-se como o bairro burguês da cidade e em paralelo ao seu

desenvolvimento nascerão novos bairros localizados nas periferias que vão alojar as populações trabalhadoras com menos recursos económicos, taberneiros e os pequenos fabricantes e lojistas (Guimarães, 1994: 550).

Posteriormente, entre a Primeira Guerra Mundial até aos anos 30 surgiram novos bairros que resultam do contínuo crescimento da indústria. Bairros como o Trindade, Monarquina, Ferreira, entre outros desenvolveram-se maioritariamente neste período.

É pois visível que o meio habitacional era um claro reflexo da estratificação sócio-cultural. A vida das classes de estrato social inferior era muito diferente da burguesia, e profundamente penosa. A própria imprensa da época alertava já para esta dicotomia, evidenciando por exemplo o Bairro das Fontainhas como um “bairro perigoso”. O antagonismo entre a burguesia e o proletariado projectou-se na própria organização da malha urbana, num processo de repulsa evidente na localização geográfica dos bairros (Quintas, 1998: 456).

2.2 - O Bairro Baptista: Da Fundação no Século XIX à Contemporaneidade no Século XXI.

2.2.1 - Fundador e Fundação

O *Bairro Baptista* nasceu no início da década de 90 do século XIX, edificado em torno da Praça de Touros D. Carlos e nas proximidades das fábricas de conservas de António José Baptista, Bairro este originalmente destinado a alojar os operários dessas indústrias e respectivas famílias (Guimarães, 1994: 531-532). António José Baptista manda construir o bairro neste local em primeiro lugar porque estes terrenos eram propriedade sua Quinta Nova, em segundo lugar porque se encontra junto à indústria de litografia da qual também era proprietário e nas proximidades da estação de caminhos-de-ferro, projecto do qual foi dinamizador.

O Bairro localiza-se geograficamente na zona norte da cidade de Setúbal, confrontando a Norte com a Rua António José Baptista, a Este com a avenida D. João II, Campo de Futebol do clube União do Comércio e Indústria e Hospital S. Bernardo de Setúbal, a Sul com a avenida da Tebaida.

Do seu fundador António José Baptista, a informação disponível é escassa uma vez que o espólio documental é praticamente inexistente, à excepção de alguma documentação dispersa, e informação de fontes secundárias e bibliografias informais.

Esta situação dificultou grandemente o trabalho de contextualização sócio-cultural e histórica do Bairro e do responsável pela sua edificação, bem como dos diversos paradigmas em que se terá metamorfoseado desde o período da fundação até à actualidade.

Neste contexto, decidimos efectuar uma exposição sintética dos dados encontrados e compilados e abordar com maior destaque o potencial do paradigma funcional e de reabilitação no século XXI.

António José Baptista foi um abastado proprietário de Setúbal do final do século XIX, nascido em data que não foi possível apurar, tendo falecido a em 12 de Julho de 1912.

De acordo com o opúsculo “Setubalenses de Mérito” era descrito da seguinte forma:

Possuía um físico fora do normal, sendo baixo e muito gordo, ventre um pouco disforme, olhos vivos, nariz chato, um pouco empinado e um bigode caído e bem volumoso. Vestia normalmente uma boa sobrecasaca, de pano fino e corte irrepreensível, abas sempre soltas, colete, peitilho engomado, laço, chapéu alto e sempre bem engomado.

Curiosamente, usava, sempre, dentro do chapéu os documentos de importância do seu dia-a-dia.

Tinha uma boa formação moral, era muito inteligente, enérgico e com um dom de palavra e de gestos que fazia excitar as multidões em torno de si. Era um cacique a 100% que se apresentava sempre enfeitado, com os seus cachuchos de brilhantes, em suas gordas mãos. (Envia, s.d., 82)

“Cacique”, filiado no Partido Progressista, foi presidente da Câmara Municipal de Setúbal por dois mandatos, ocorrendo o primeiro de 1896 a 1899 e o segundo de 1906 a 1910.

Senhor de um vasto património, adquire em 1893 uma prensa litográfica que instalou num armazém da Rua Alexandre Herculano, local onde se manterá até 1895, uma oficina de litografia (Quintas, 1998: 104).

Em 1904, uma empresa francesa com sede em Nantes e com sucursal em Lisboa, demonstrando interesse em investir na indústria litográfica acabará por vir a negociar, e posteriormente a transaccionar, o trespasse da Litografia Setubalense por vinte e oito mil réis pagos a António José Baptista, que arrendou as instalações por um período de 19 anos (Quintas, 1998: 105).

No decorrer do ano de 1905, associa-se a seu filho Rafael e abre uma nova oficina, a Litografia Aliança, no mesmo espaço da anterior, uma vez que os arrendatários tinham, entretanto, desistido do espaço, e cuja direcção técnica foi assumida pelo último. (Quintas, 1998: 105).

No mesmo bairro foi instalado um colégio que funcionava para ambos os sexos, o Colégio Castilho, dirigido por Campos Rodrigues, monárquico progressista que leccionava o curso do ensino primário, francês, música e labores (Quintas, 1998: 403).

Dá isto o contexto à noção de uma sociedade feita de personalidades com assinaláveis dotes de promovero desenvolvimento local e patrimonial a melhores condições de vida das populações

2.2.2- O Bairro

Em termos estruturais o Bairro Baptista é um conjunto edificado composto por 84 fogos com tipologias que variam entre o que actualmente está tipificado como T1 e o T3.

A autoria do projecto é desconhecida, porquanto, as pesquisas efectuadas em arquivo não se revelaram frutíferas, mas existe um certo paralelismo, ou inspiração - em termos de detalhes arquitectónicos visíveis - com alguma edificação que podemos encontrar na região da Andaluzia, na vizinha Espanha.

Os interiores das habitações apresentam detalhes construtivos – ainda existentes em casas que não tiveram qualquer tipo de intervenção - que denotam algum cuidado não só prático mas estético, como por exemplo as vergas das janelas e portas a terminarem em triângulo, ou a particularidade na utilização no forro das vergas e ombreiras das janelas e portas de tijolo de barro cozido, estilo tijolo burro.

Na modulação do interior das habitações o corredor é inexistente, utilizando-se ao invés, a comunicação através dos compartimentos.

No que respeita à distribuição da habitação, a entrada é efectuada para um espaço (sala) contínuo ao espaço da cozinha, dotada de uma chaminá aberta, de uma bacia em pedra (que serve de lava-loiça) bem como de uma pia de despejos. De salientar que a instalação sanitária é inexistente.

No exterior, além do terminar das vergas e janelas em triângulo e da utilização do tijolo burro no acabamento das vergas e ombreiras, existem outros detalhes de construção

como o beirado saliente, com acabamento de forra de madeira, na zona inferior – estilo muito utilizado nos países do Norte da Europa.

As caixilharias, tanto interiores como exteriores, são em madeira pintada, – portas, janelas e portadas apresentam um especial cuidado construtivo em que as madeiras são trabalhadas com fresas e uso do rincão na ligação das réguas de madeira – uma forma de permitir que a madeira “trabalhe” sem estalar ou apresentar fissuras. Os tectos também são forrados a madeira e posteriormente pintados.

Actualmente, os proprietários das habitações do bairro são na sua maioria herdeiros daqueles que arremataram as propriedades em hasta pública à data da morte de Antonio José Baptista, resultado do arresto e penhora de bens.

Hoje, estas habitações são na sua maioria arrendadas ou apresentam sinais de degradação e abandono. Outras, uma clara minoria, foram intervencionadas e reconstruídas, apresentando sinais de uma reabilitação discutível decorrente da integração de materiais e soluções formais desajustadas ao conjunto existente, como por exemplo, a de uma habitação onde o beirado existente foi totalmente alterado, utilizando uma lage saliente em betão, desrespeitando métricas e texturas tornando-se num elemento dissonante e despadronizado do conjunto edificado.

Genericamente, o Bairro Baptista apresenta uma tipologia de edificação de carácter histórico, que permite a reabilitação para um novo paradigma, que se enquadre nas vivências, necessidades e exigências da vida quotidiana do século XXI, sem perda da identidade inicial, nem da alma do lugar.

Recupera-se um património com uma essência rica de experiências e memórias, num processo de continuidade habitacional, valorizando a integração do passado enquanto elemento agregador e transformador de um espaço arquitectónico, dotando-o de um novo espírito, reflexo da contemporaneidade, num processo de acunpuntura destinado a promover a felicidade e o bem-estar daqueles que nele habitam.

Na senda de Lavoisier, também aqui nada se criando, nada se perdendo, tudo se transformando.

3. Proposta de Viabilidade e Requalificação

Falar do Bairro Batista em Setúbal é falar de muito outros bairros existentes, não só em Setúbal como em Portugal. É falar também dos centros históricos, antigos núcleos comerciais e que hoje estão votados ao abandono; é falar também de reabilitação urbana e das suas dinâmicas, essencial ao desenvolvimento dos centros urbanos e na recuperação da sua atratividade, competitividade e segurança. Representa também uma aliciante oportunidade de negócio e essencialmente uma melhoria de vida individual e comunitária das cidades.

A presente dissertação de mestrado teve como objectivo abordar as estratégias de reabilitação urbana dos bairros que formam as cidades contemporâneas, com especial incidência em medidas de resposta aos problemas de abandono, degradação e desvirtuação do parque edificado e perda de funções urbanas nos centros históricos das cidades.

Portugal, à semelhança do que se passa noutros países, esbarra com os inúmeros entraves que desencorajam a iniciativa dos privados obrigando a uma constante intervenção dos municípios nestes processos.

Grande parte dos edifícios antigos com necessidades urgentes de reabilitação são habitados por inquilinos que pagam rendas que não acompanham os valores de mercado, impedindo o retorno em tempo útil do investimento feito na conservação e reabilitação dos edifícios por parte dos proprietários. A tomada de posse pelo município dos edifícios habitados com carências urgentes de reabilitação torna a expropriação dos mesmos praticamente incontornável.

Este olhar sobre o Bairro Batista e as suas potencialidades enquanto núcleo habitacional no século XXI, justifica a necessidade de recuperar este “lugar” enquanto testemunho histórico da cidade de Setúbal, memória de um homem – Antonio José Batista –, memória de uma indústria que se diluiu no tempo e incentivar o renascimento da “alma” do lugar, já que a mesma, tal como o tijolo que sustenta este conjunto edificado, se foi degradando e sofrendo patologias.

Se pensarmos o que foi habitar este lugar há 100 anos, hoje decorrido esse tempo, olhamos e constatamos que nada se alterou na sua estrutura basilar e que este lugar está pronto a receber famílias, homens, mulheres, crianças, trabalhadores e estudantes. São espaços capazes de se adaptar a uma infinidade de usos e modos de habitar mantendo sempre a sua idiossincrasia a sua alma bem como a integridade da sua identidade.

O que encontramos hoje no Bairro Batista em Setúbal teve origem na falta de conhecimento dos seus habitantes e da autarquia, e a necessidade de se adaptarem os espaços e métodos construtivos ao seu conforto (substituição das caixilharias de madeira por alumínio – lástima que o mesmo seja em alumínio anodizado cor 0.) isto por um total desconhecimento em termos de preservação do património e no respeito pelo seu traçado, bem como desfigurando o traçado original com a abertura de vãos.

Ao percorrermos as ruas do Bairro Batista (Rua António José Batista, Rua Maria Batista e Luis Batista) verificamos a degradação, ruína e a descaracterização das fachadas, não só pela intervenção descontrolada dos seus habitantes mas também pela “mão” das entidades fornecedoras de energia e telecomunicações.

O Bairro Batista é hoje um bairro admirado, não só pela beleza deste conjunto edificado mas também pela sua centralidade. A configuração do conjunto é atractiva para os habitantes da cidade e corresponde, no seu imaginário, ao que hoje é a tendência nas grandes cidades e na formação da pólis.

O conceito de Bairro, conceito da quase “cidade dentro da cidade” capaz de suprir praticamente todas as necessidades dos seus habitantes e a proximidade do núcleo urbano de Setúbal, fazem do Bairro Batista um “lugar” de , e por excelência: identitário, relacional e histórico (Augé, 2007).

À semelhança do que foi feito num conjunto habitacional composto por 4 fogos (cf. Apêndice), o mesmo poderá ser feito nos restantes conjuntos – Remodelação total mantendo-se as fachadas e vãos existentes respeitando todos os materiais. Os espaços interiores foram ajustados às necessidades da família que foi habitar a casa; o logradouro – jardim, foi dotado de condições para que os seus utilizadores possam usufruir do mesmo nos seus períodos de

lazer, permitindo uma qualidade de vida excepcional. Neste caso, foram também ocultadas todas as cablagens de telecomunicações que percorriam a fachada tendo esta intervenção servido como referência, e para mim enquanto autor do projecto foi uma tomada de consciência sobre o que é hoje o Bairro Baptista e o no que poderá vir a transformar-se.

Falar de renovação urbana, incentiva-me de imediato a falar de *gentrificação*, um fenómeno pujante/premente que tem capacidade de atribuir um novo “papel” aos bairros centrais das cidades que perderam a sua participação na dinâmica urbana. É também uma ferramenta para melhorar as condições de vida e habitabilidade dos residentes em presença, enquanto oferece a possibilidade a todos os que desejam encontrar uma opção de habitação nas áreas centrais da cidade.

Com uma localização privilegiada, próxima do centro da cidade e nas proximidades das zonas fortemente orientadas para o sector terciário, o Bairro Baptista tem a capacidade de atrair uma nova população, que procura dar e ter uma melhor qualidade de vida no momento da sua apropriação. Isso faz com que a área se torne potencialmente interessante para os investidores, fornecendo recursos que permitirão a transformação com um investimento relativamente baixo, obtendo muito rapidamente resultados tangíveis. É de salientar que este fator irá beneficiar a população existente no bairro.

A *gentrificação* (López de Obeso, 2003: 5). tem a capacidade de envolver os atuais moradores num processo de mudança que vai melhorar a sua qualidade de vida. Em paralelo, quando a implementação de um programa de renovação passa de um nível teórico para a implementação das propostas, abre a possibilidade de incutir uma nova empatia ao bairro por parte dos moradores mais céticos ou relutantes em mudar.

Se por um lado, a *gentrificação* é o fenómeno que revitaliza e aumenta a qualidade de vida dos bairros centrais das cidades, por vezes, leva à injustiça social, ao turismo, à especulação e à segregação. No entanto, também tem o potencial de revitalizar bairros e sem uma ferramenta como esta, dificilmente poderiam sair do adormecimento em que se encontravam, o que veio a demonstrar que os bairros antigos e degradados ainda pertencem ao futuro da cidade e constituem “lugares com identidade”.

Uma cidade com boas condições de habitabilidade, ampla oferta de equipamentos e espaços públicos, boas acessibilidades, mobilidade e infra-estruturas, torna-se moderna, atractiva e competitiva. Estas condições permitem fixar a população residente no local, e criar condições para atrair novas famílias, gerando a uma revitalização económica.

Para atingir estes objectivos que levam ao aumento da atractividade e ao reforço da centralidade é indispensável a realização de operações de reabilitação urbana (engloba aspectos de ordem urbanística, social, política, legal e financeira). Os núcleos urbanos são valorizados, adaptados aos modos de vida actuais e às exigências de conforto e segurança, ao mesmo tempo que é controlada a especulação. Permite o combate à segregação e o apoio à diversidade social como fator de coesão. É um processo que deve ser entendido como parte da política urbana e desenvolvido pelas autoridades públicas, com recurso a equipas técnicas interdisciplinares.

O estado de conservação urbano induz comportamentos individuais, na medida em que o estado de conservação potencia ou contraria a prática de determinados atos. Por norma, os atos de vandalismo ocorrem com maior frequência em locais degradados que não respondem às necessidades da população, enquanto que em locais em que o tecido urbano se encontra recuperado, são gerados sentimentos de bem-estar, proteção e pertença. Surge a consciencialização de salvaguardar o património comum.

Além destes aspectos, comparando os custos de reabilitação de cada fogo com a construção de novas edificações, constatamos que o custo de reabilitação representa uma economia em termos de custos e de infra-estruturas, sociais e patrimoniais. A reestruturação do tecido activo/programático é também bastante importante pois leva a uma dinamização do tecido social e económico.

Incentivar a manutenção de um bairro pressupõe também conservar os seus aspectos programáticos e aumentar a sua atractividade, quer para os residentes, quer para o desenvolvimento de programas sociais e económicas que sejam compatíveis com a vertente habitacional.

Só com a criação de um bom equilíbrio entre a vertente turística e habitacional é possível compatibilizar todos os aspectos que caracterizam a vida dos bairros históricos, e é possível reforçar a sua centralidade e dinamizar estes locais.

Na revitalização do Bairro Batista, pretende-se que a partir da reflexão alimentada por este trabalho, seja gerado um fenómeno capaz de se expandir para outros bairros e pela cidade de Setúbal e que seja a alavanca e uma intervenção de acunpuntura urbana – na conceptualização referenciado de Jaime Lerner e que dê origem a uma cidade criativa, uma cidade em permanente estado de transformação; *uma cidade em processo*, e não uma cidade que se oferece como produto; que tenha ainda uma cultura própria, com múltiplas inovações e múltiplas conexões. Uma cidade criativa, ao nortear-se por algo tão intangível como a criatividade, uma cidade profundamente sensorial, dinâmica, com uma energia e um vigor próprios.

Se por um lado no Bairro Batista temos um conjunto habitacional que se vai votando ao no sector terciário a nível da ocupação dos pisos térreos, temos também a forte presença da praça de touros - Carlos Relvas - inicialmente D. Carlos I, infraestrutura cada vez mais utilizada para atividades de cariz cultural, como eventos musicais e das artes do espectáculo.

A presença desta estrutura no Bairro Batista tem sido desde sempre um elemento caracterizador do bairro. Poderá o seu novo uso mudar a identidade do Bairro Batista?

A renovação e requalificação dos 42 edifícios com tipologias variáveis entre T1 e T3 que compõem o conjunto edificado Bairro Batista, vai permitir o seu uso polivalente. A afetação dos espaços a habitação permanente, a residências de estudantes e a outras funções permitirá a dinamização do espaço assim com sua a interculturalidade, e porque nels, multiculturalismos.

A afetação de 30% dos pisos térreos ao setor terciário potenciará a dinamização económica do bairro, e irá suprir as necessidades dos seus habitantes em relação a bens de primeira necessidade.

Em síntese, parece-nos importante salientar a necessidade de recuperar a “alma” dos velhos bairros contadores de histórias e património, de uma memória histórica e cultural, que contribui para a agregação social e a identificação das populações a um lugar, um processo de enraizamento e reabilitação em vez dos naturais processos de aculturação que tornam muitos espaços urbanos, entidades híbridas, frias e destituídas da humanidade e dinamismo que lhes *dá vida*. Ou seja: os reanima.

Conclusões

A presente dissertação teve como ponto de partida, a execução de um projecto de reabilitação de uma habitação, a partir da sua estrutura original – composta por 2 pisos e 4 fogos – intervenção efectuada no Bairro Baptista, na cidade de Setúbal.

O fulcro do desafio colocado pelo projecto residiu na sensibilidade de captar as vivências, sensações e particularidades do espírito do lugar, uma vez que o objectivo seria de, alguma forma, perpetuar a memória e identidade da sua existência diacrónica, dotando-o de uma vitalidade nova, adequada às necessidades e dinâmicas dos actuais proprietários.

A exequibilidade deste trabalho obrigou a uma profunda pesquisa documental que permitisse compreender a história do bairro, e as motivações do seu fundador num dado enquadramento sócio-cultural, e as dinâmicas de uma época cujo eco ainda é visível nas edificações, nomeadamente nos processos construtivos e nos materiais utilizados.

Foi nosso objectivo partir de uma visão global sobre o enquadramento histórico da cidade, desde a sua origem, passando pelo desenvolvimento em Portugal, finalizando em Setúbal, com o próprio bairro. Do geral para o particular, da visão abrangente, para o detalhe.

O presente estudo pretende apresentar, com base num projecto já executado, um paradigma de reabilitação que não comprometa a linguagem arquitectónica inicial do edificado, que dê cabimento ao programa de uso estabelecido pelo cliente, e que combine de forma harmoniosa as rotinas do quotidiano e dos tempos de lazer.

Este trabalho serve também como reflexão sobre as mudanças de paradigma inerentes ao desenvolvimento do percurso do arquitecto enquanto agente de reabilitação e transformação do património.

Actualmente, e catorze anos volvidos sobre a execução deste trabalho, temos a clara noção de que apesar da fidelidade ao traçado original e a inúmeros aspectos que foram à época considerados importantes, o processo seria conduzido de modo diferente. Por exemplo na escolha da laje de cobertura, (cuja opção recaiu sobre uma laje de cobertura e piso em

Vasco Luís Remondes Ferreira

betão), a qual mudaríamos para uma estrutura em madeira lamelada.

Espera-se deste modo, que este trabalho possa ser um contributo, enquanto paradigma de reabilitação de edificações habitacionais dotadas de características especiais conferidas pela sua antiguidade e identidade, e pela sua implantação num determinado lugar, enquanto encruzilhada entre o passado, o presente e o futuro.

Bibliografia

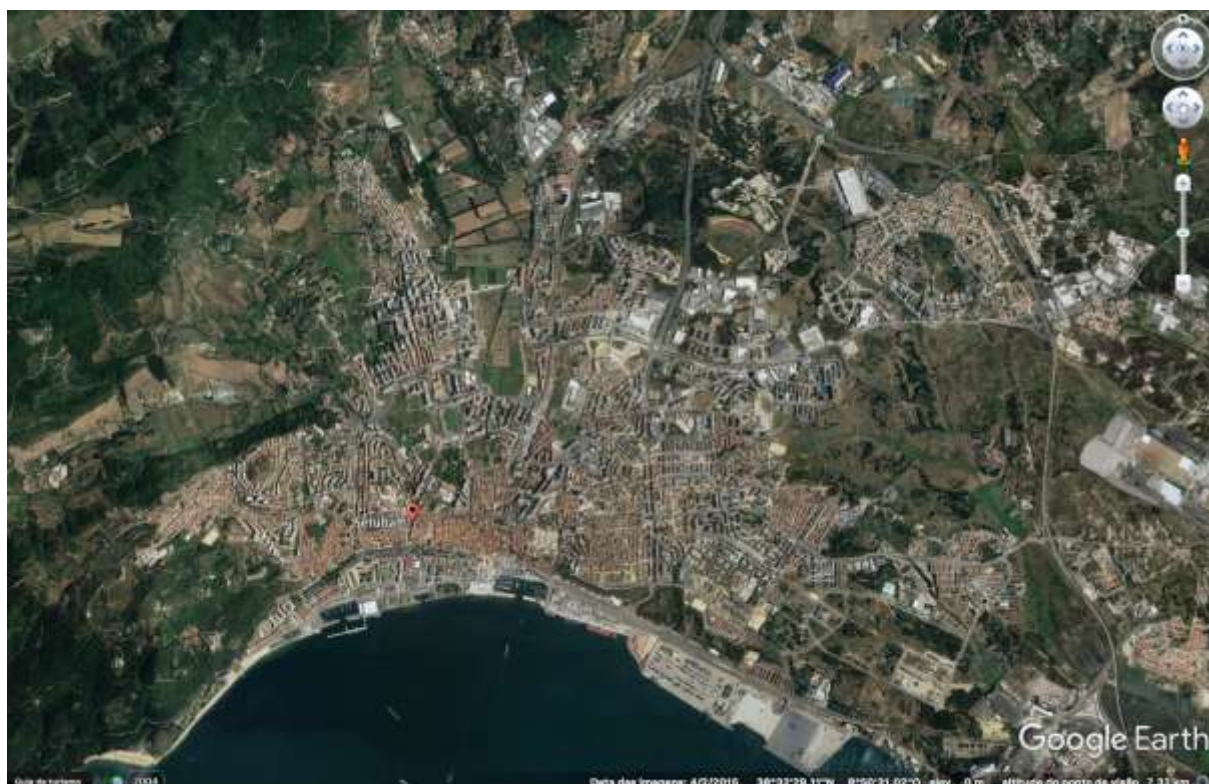
- ASCHER, F. (1995), *Métapolis ou l'avenir des villes*, Paris, éditions Odile Jacob.
- ASCHER, F. (2012), *Novos Princípios do Urbanismo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ASHTON, T.S. (1987), *A Revolução Industrial. 1760-1830*, Coleção Saber, Lisboa, Publicações Europa-América.
- AUGÉ, Marc (2012), *Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, Livraria Letra Livre.
- BENEVOLO, Leonardo (1985), *A Cidade na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença.
- BOTTON, Alain de (2009), *Arquitectura da Felicidade*, Alfragide, Publicações D. Quixote.
- CALVINO, Italo (2015), *As Cidades Invisíveis*, Alfragide, Coleção Essencial, Leya.
- CARREIRA, Adélia (2012), *Lisboa de 1731a 1833: Da Desordem à Ordem no Espaço Urbano*, Tese Doutoramento, UNL.
- CASTRO, Armando (1971), *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CHOAY, Françoise (1996), “Destinos da Cidade Européia. Séculos XIX e XX” em *Revista de Urbanismo e Arquitectura* 6, em linha, <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3110>, pp. 8-21.
- CHOAY, Françoise (2011), *As Questões do Património. Antologia para um Combate*, Lisboa, Edições 70.
- COSTA, Albérico C. (2011), *História e Cronologia de Setúbal. 1248-1926*, Estuário |História, Setúbal, IPS.
- ENGELS, Friedrich (1993), *The Conditions of the Working Class in England*, Oxford, Oxford University Press.
- ENVIA, João Francisco, “António José Baptista” em *Setubalenses de Mérito*, s.d., pp. 81-83.
- FARIA, Carlos V. de (1981), *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal (Ensaio de Sociologia Urbana)*, Textos de Ciências Sociais 18, Lisboa, Assírio e Alvim.
- FARIA, Carlos V. de (1990), “História Urbana de Setúbal” em *Setúbal na História*, Setúbal, Ed. Peres Claro, pp. 41-91.
- FARIA, Carlos V. de (1990), *Reabilitação Urbana em Portugal, Viver (n)a Cidade*, Lisboa, LNEC e ISCTE, 433-453.
- FARIA, Carlos V. de (2009), *As Cidades na Cidades. Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal, 1966-1995*, Lisboa, Esfera do Caos Editores.
- GOITIA, Fernando Chueca (2008), *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- GUIMARÃES, Paulo (1994), “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX” em *Análise Social*, vol. XXIX, nº 3, pp. 525-554.
- HOBBSBAWM, Eric (1992), *A Era das Revoluções*, Editorial Presença, Lisboa.
- JACOBS, Jane (2014), *Morte e Vida das Grandes Cidades*, São Paulo, wmf Martins Fontes.
- LERNER, Jaime (2012), *Acupuntura Urbana*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- LOBO, Huertas (1985), *A Arte e a Revolução Industrial nos Séculos XVIII e XIX*,

Lisboa, Livros Horizonte.

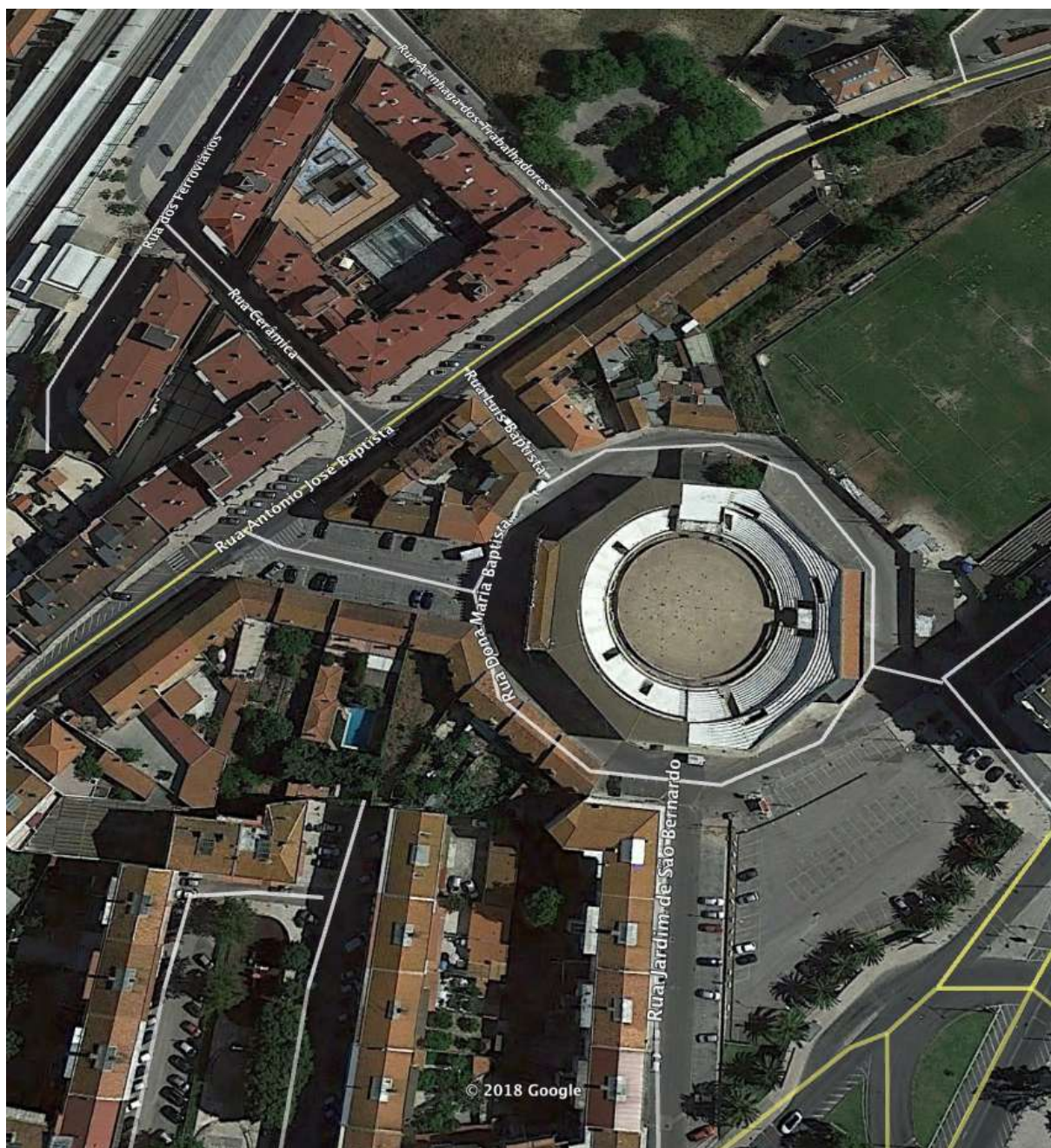
- LÓPEZ DE OBESO, Jorge (2012), *Renovación urbana y gentrificación controlada: Análisis de tres casos exitosos: Londres, Berlín y Barcelona*, Editorial Académica Española.
- MATTA, Caeiro da (1909), *Estudos Económicos e Sociais III. Habitações Populares*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- MUMFORD, Lewis (1991), *A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e Perspectivas*, São Paulo, Martins Fontes Editora.
- OLIVEIRA, Vítor, MARAT-MENDES, Teresa e PINHO, Paulo (2015), *O Estudo da Forma Urbana em Portugal*, série PARA SABER nº 43, Porto, Universidade do Porto.
- PEREIRA, Luís Manuel Pires (2011), “Arquitectura portuguesa anos 30-50 : atitude e crise de identidade : elementos para a construção de um percurso”, Lisboa, Universidade Lusíada, <http://hdl.handle.net/11067/444>.
- QUINTAS, Maria da C. (1998), *Setúbal. Economia, Sociedade e Cultura Operária 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte.
- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane (1997), *A Cidade: Rumo a uma nova definição*, Porto, Edições Afrontamento.
- ROSENAU, Helen (1988), *A Cidade Ideal. Evolução Arquitectónica da Europa*, Lisboa, Editorial Presença.
- RYKWERT, Joseph (2004), *A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes.
- SAMPAYO, Mafalda et al. (2013), “O crescimento das cidades com frentes de água: Setúbal do século XIII ao XVIII” em *International Conference of Engeneering*, Universidade da Beira Interior, pp. 1-10.
- SILVANO, Filomena (1997), *Territórios de Identidade*, Oeiras, Celta Editores.
- SILVEIRA, Ana Cláudia (2008), “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, em *IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica*, Múrcia, <http://www.um.es/ixcongresoeahe/pdfB9/Setubal%20na.pdf>.
- SOARES, Joaquina (2000), “Arqueologia Urbana em Setúbal: problemas e contribuições”, em *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, AAVV, pp. 101-130.
- SPOSITO, Maria (2004), *Capitalismo e Urbanização*, Coleção Repensando a Geografia, São Paulo, Contexto, pp. 50-60.
- TEIXEIRA, Manuel (1993), “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes” em *Análise Social*, vol. XXVIII (121), nº 2, pp. 371-390.

APÊNDICES

Apêndice I
Reportagem fotográfica
Bairro Batista 2018



Planta da cidade de Setúbal - 2018



Planta da Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua António José Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua António José Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua Dona Maria Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua Dona Maria Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua Dona Maria Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua Dona Maria Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua Luiz Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Rua Luiz Batista, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Sistema construtivo, paredes exteriores, Bairro Batista, Setúbal - 2018



Sistema construtivo, acabamento do beirado, Bairro Batista, Setúbal – 2018



Sistema construtivo, acabamento do beirado, Bairro Batista, Setúbal – 2018



Sistema construtivo, acabamento do beirado, Bairro Batista, Setúbal – 2018



Sistema construtivo, Estereotomia de Portas e Janelas, Bairro Batista, Setúbal – 2018

Apêndice II
Reportagem fotográfica
Projeto de recuperação
realizado no ano 2002 pelo autor,
sito na rua Dona Maria Batista, nº 27
Bairro Batista - Setúbal



Fachada Principal, antes da intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Fachada Principal após a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Alçado posterior, antes da intervenção Bairro Batista, Setúbal



Alçado posterior, após a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Logradouro antes da intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Logradouro após a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Logradouro após a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Alçado posterior durante a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Alçado posterior durante a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Interior da habitação durante a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Interior da habitação durante a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Interior da habitação durante a intervenção, Bairro Batista, Setúbal



Interior da habitação durante a intervenção, Bairro Batista, Setúbal

ANEXOS

Anexo I
Plantas e mapas de Setúbal
Arquivo Distrital de Setúbal
Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal



Planta da cidade de Setúbal –Século XVII



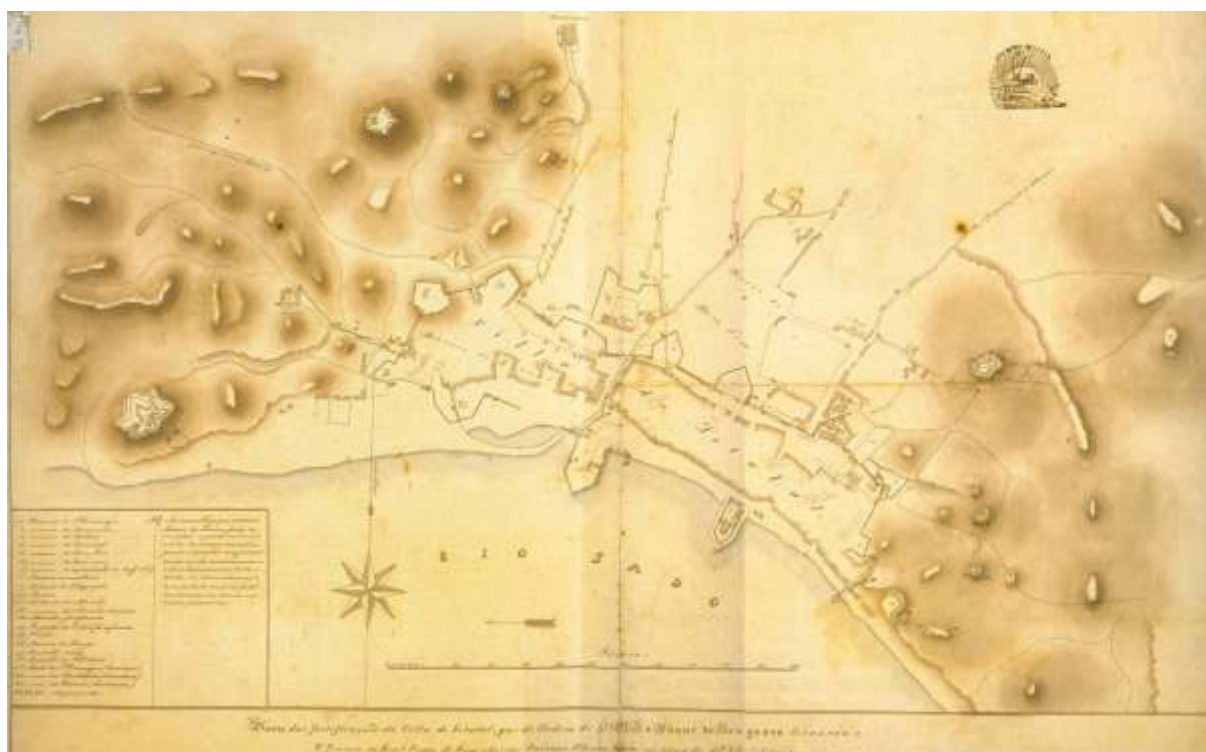
Planta da cidade de Setúbal -1805



Planta da cidade de Setúbal -1820



Planta da cidade de Setúbal -1820



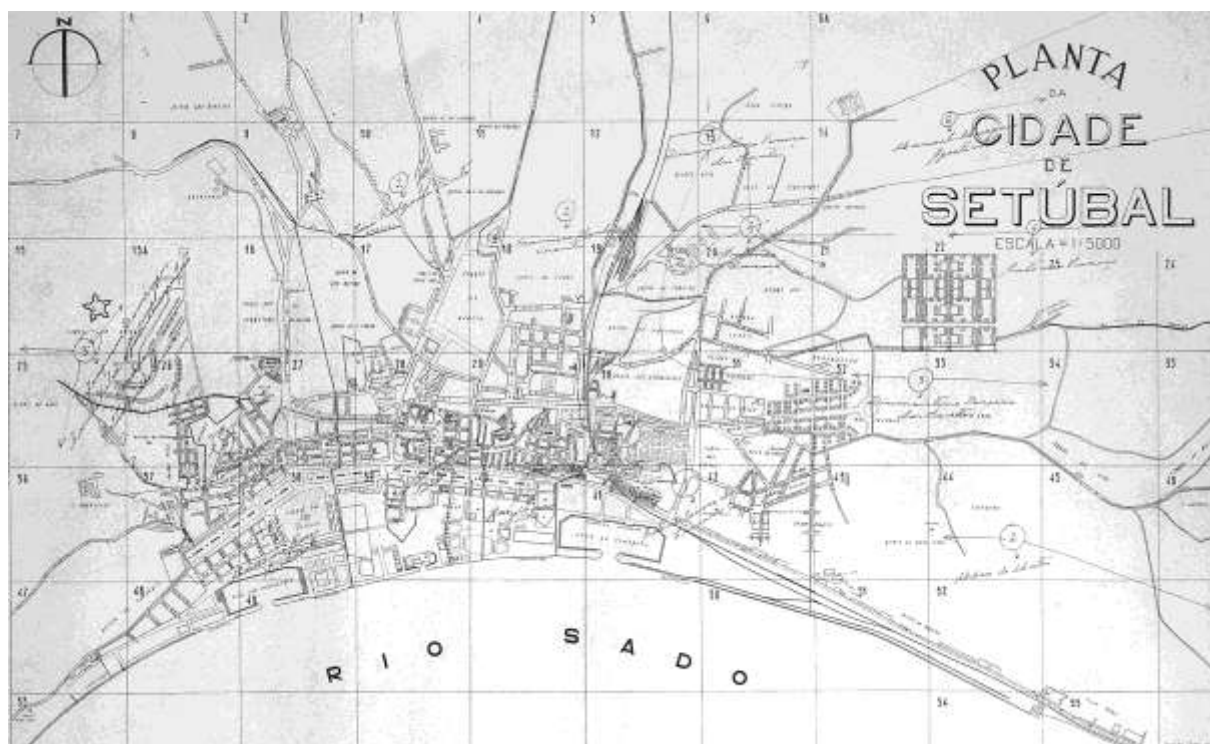
Planta da cidade de Setúbal -1834



Planta da cidade de Setúbal -1903



Planta da cidade de Setúbal -1940



Planta da cidade de Setúbal -1950

Anexo II
Fotos de Setúbal
Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal
Arquivo Distrital de Setúbal



Setúbal 1907



Av Luisa Todi



Edifício dos Paços do Concelho de Setúbal 1907



Edifício dos Paços do Concelho de Setúbal após o incêndio de 1910



FOTO.1
Praça do Bocage
(recanto)



FOTO.2
Travessa do Paço
(prédio em ruínas ladeando o
edifício da Câmara Municipal)



FOTOP.3
Rua Estevam de Vasconcelos
(habitações anti-higiênicas)



FOTO.4
Rua Arronches Junqueiro
(habitações anti-higiênicas)



FOTO.5
Igreja de Santa Maria



FOTO.6
Rua Pereira Cão



FOTO.7
Avenida Todi
(extremo Poente - Aspecto minerável
do lado Norte. Habitações insalubres.)



FOTO.8
Avenida Todi
(aspecto do lado Sul. Fábricas de conservas)



FOTO.9
Avenida Todi
(aspecto do lado Norte. Conjunto abarracado
impróprio do local. À esquerda o cinema)



FOTO.10
Praça Miguel Bombarda



FOTO.13
Avenida 5 de Outubro
(casas atingidas pelo seu alargamento)



FOTO.14
Aspecto da Estrada da Graça



FOTO.11
Avenida da Portela
(lado Nascente)



FOTO.12
Rua Acácio Parradas
(lado Norte. Casas atingidas pelo pro-
longamento da Avenida 5 de Outubro)



Foto.15
Entrada do Tunnel
(junto projecta-se uma pas-
sagem superior. A direita
casas miseráveis atingidas)



FOTO.16
Rua do Castelo



POTO.17
Rua da Brasileira
(habitações anti-higiênicas)



POTO.18
Pátio Chico Maria-Rua da Brasileira
(habitações miseráveis)



FOTO.19
Rua das Oliveiras
(tirada da rua da Brasileira.
Habitações miseráveis)



FOTO.20
Rua de S. Francisco



FOTO.23
Praça de Touros Carlos Belvas
(ameaça ruína)



FOTO.24
Recanto do miserável Bairro Dias



FOTO.21
Largo da Ponte Nova.
(habitações anti-higiénicas)



FOTO.22
Aspecto de edifícios que
ladeiam a Praça de Touros.



FOTO.27
-Avinhaga do Mal Talhado
(casebres)



FOTO.28
Aspecto miserável dos Pair-
ros Trindade e Monarquina



FOTO.25
Aspecto do Bairro Dias
(promiscuidade e miséria)



FOTO.26
Avenida do Mal Talhado
(casabres)



FOTO.29
Vista de conjunto dos Bairros do
Alto do Pina e da Monarquina
(bairros miseráveis)



FOTO.30
Bairro Olhos de Água



FOTO.31
Vista geral do Bairro Olhos de Água



FOTO.32
Bairro Olhos de Água
(miséria evidente)

Lisboa 2018